

PT 45 ANOS: RESISTÊNCIA E LUTA



Juca Martins

O Partido dos Trabalhadores celebra 45 anos de trajetória com eventos em todo o Brasil. Fundado em 1980, o PT marcou a política nacional com governos que transformaram o país e segue como a maior força da esquerda na América Latina.

focus
BRASIL

Fundação Perseu Abramo 11 de fevereiro de 2025 Nº 177

Plural e resistente, militância petista é sinônimo de força para o partido

Ata de fundação do PT é digitalizada e já pode ser acessada online

PT celebra 45 anos de protagonismo na política brasileira

PT 45 anos: a necessidade de continuar mudando, por Alberto Cantalice

TEORIAeDEBATE



**VEM AÍ
MAIS UMA TD
IMPRESSA!**



»» PROGRAMA **Reconexão Periferias**

exibido quinzenalmente, às
terças, 17h no canal da FPA

▶ **ACOMPANHE:** [/FundacaoPerseuAbramo](https://www.youtube.com/FundacaoPerseuAbramo)



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores



focus BRASIL

Uma publicação da Fundação Perseu Abramo

Diretor de Comunicação: Alberto Cantalice

Coordenador de Comunicação: Pedro Camarão

Coordenador editorial: Guto Alves

Colaboradores: Claudia Rocha, Fernanda Estima,
Fernanda Otero, Henrique Nunes
e Nathalie Nascimento



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Paulo Okamoto

Vice-presidente: Brenno César Gomes de Almeida

Diretoras: Elen Coutinho, Mônica Valente e Naiara Raiol

Diretores: Alberto Cantalice, Alexandre
Macedo de Oliveira, Carlos Henrique Ára-
be, Jorge Bittar e Valter Pomar

CONSELHO CURADOR

Presidenta: Eleonora Menicucci

Conselheiros: Ana Carolina Moura Melo Dartora, Ana
Maria de Carvalho Fontenele, Arthur Chioro, Azilton
Ferreira Viana, Camila Vieira dos Santos, Dilson de Moura
Peixoto Filho, Eliane Aquino Custódio, Elisa Guaraná de
Castro, Esther Bemerguy de Albuquerque, Everaldo de
Oliveira Andrade, Fernando Damata Pimentel, Fernando
Dantas Ferro, Francisco José Pinheiro, Iole Ilíada Lopes,
José Roberto Paludo, José Zunga Alves de Lima, Laís
Wendel Abramo, Luciano Cartaxo Pires de Sá, Luiza Borges
Dulci, Maria Isolda Dantas de Moura, Nabil Georges
Bonduki, Nilma Lino Gomes, Paulo Gabriel Soledade Nacif,
Pedro Silva Barros, Sandra Maria Sales Fagundes,
Sergio Nobre, Tereza Helena Gabrielli Barreto,
Vladimir de Paula Brito.

SETORIAIS

Coordenadores: Elisângela Araújo (Agrário),
Henrique Donin de Freitas Santos (Ciência e Tecnologia
e Tecnologia da Informação), Martvs Antonio Alves
das Chagas (Combate ao Racismo), Juscelino França
Lopo (Comunitário), Márcio Tavares dos Santos Chapas
(Cultura), Adriano Diogo (Direitos Humanos), Tatiane
Valente (Economia Solidária), Maria Teresa Leitão de Melo
(Educação), Alex Sandro Gomes (Esporte e Lazer), Janaína
Barbosa de Oliveira (LGBT), Anne Moura (Mulheres),
Nádia Garcia (Juventude) Nilto Ignacio Tatto (Meio
Ambiente e Desenvolvimento), Rubens Linhares Mendonça
Lopes Chapas (Pessoas com Deficiência), Eliane Aparecida
da Cruz (Saúde) e Paulo Aparecido Silva Cayres (Sindical)

CONTATOS

webmaster@fpabramo.org.br

Endereço: Rua Francisco Cruz, 234 Vila Mariana
São Paulo (SP) – CEP 04117-091

Telefone: (11) 5571-4299 Fax: (11) 5573-3338



No aniversário de 45 anos de fundação do PT, quem ganha o presente são os brasileiros e brasileiras! Conheça os detalhes da Ata de Fundação e da militância plural e resistente, sinônimo de força para o partido. Seleccionamos alguns craques do PT Futebol Clube que batem um bolão pela democracia e vestem a camisa do partido. **pág. 05**

CARTA AO LEITOR

A necessidade de continuar mudando

pág. 04

CAPA

PT celebra 45 anos de protagonismo na política brasileira

pág. 05

ELAS POR ELAS

PT 45 anos: atuação de mulheres petistas consolidou direitos das brasileiras

pág. 15

BRASIL

Economista explica por que era muito mais caro comer na gestão anterior do que agora

pág. 17

BRASIL

Prefeituras terão acesso direto a ministérios e recursos federais, afirma Lula

pág. 19

ECONOMIA

Inflação desacelera e registra a menor taxa para janeiro desde 1994

pág. 20

ENTREVISTA

Fernanda Magano: “Fake news é um problema para o Conselho Nacional de Saúde”

pág. 21

POLÍTICA

Quaest aponta desafios e perspectivas para o Governo Lula em 2026

pág. 27

POLÍTICA

O CFM e sua (má) influência à saúde pública brasileira

pág. 28

ARTIGO DO LÍDER

O preço dos alimentos e a amnésia bolsonarista

pág. 30

PT

Okamoto: PT faz 45 anos com legado de transformação social e novos desafios

pág. 31

INTERNACIONAL

O impacto da IA chinesa e o papel do Brasil no cenário tecnológico global

pág. 31



Paulo Pinto/Agência PT

PT 45 anos: a necessidade de continuar mudando

Alberto Cantalice

O Partido dos Trabalhadores nasceu nos estertores da ditadura militar instaurada em 1964. No ano de sua fundação, 1980, a ditadura, caminhando para o esgotamento, já perdurava por 16 anos.

Partes das esquerdas, na época combatidas pela política de exter-

mínio levada a cabo pela repressão dos Dops e Doi-Codis, somaram-se ao novo sindicalismo, cujo centro era o ABC paulista, e aos militantes católicos progressistas das Comunidades Eclesiais de Base da Igreja, sob a liderança do metalúrgico Luiz Inácio Lula da Silva, e fundaram o Partido.

Visto com desconfiança na época pelos herdeiros do trabalhismo Vargas-Jango-Brizolista, pelos comunistas e por membros da esquerda democrática do antigo MDB, o PT, advogando um

sentimento antitadadura e de contestação aos limites da social-democracia europeia e à burocratização do socialismo realmente existente, buscou se consolidar como uma alternativa nova no espectro da esquerda brasileira.

No seu início, rejeitando qualquer tipo de aliança com os setores vistos como reformistas, o PT se notabilizou por um sectarismo exclusivista que começou a ser rompido nas eleições municipais de 1988 e se ampliou no segundo turno das eleições presidenciais de 1989. Essa mudança na política de alianças, entretanto, não possibilitou a vitória de Lula nos pleitos de 1994 e 1998, este último com o trabalhista Leonel Brizola como candidato a vice.

A ampliação mais significativa se deu nas eleições de 2002, com a indicação do empresário José de Alencar para compor a chapa com Lula. Aliança vitoriosa, que perdurou pelos dois mandatos de Lula.

O “aggiornamento” petista e a manutenção do tripé macroeconômico herdado do tucanato não foram o bastante para conter o ímpeto das forças conservadoras, que logo começaram a intentar o golpismo: via Ação Penal 470 (mensalão), Jornadas de Junho de 2013, culminando com a Operação Lava Jato, que contribuiu enormemente para a derrubada de Dilma Rousseff, a prisão e proscricção de Lula e a criminalização do Partido.

Graças à resiliência da militância petista e ao seu histórico de lutas, o PT sobreviveu, montou uma frente ampla e elegeu Lula para um terceiro mandato em 2022 (confira nesta edição a reportagem que preparamos, no material de capa).

O PT tem muito o que festejar neste 45º aniversário, sem, no entanto, deixar de atinar que o golpismo, que está no DNA das forças conservadoras brasileiras, continuará sempre à espreita.

Viva o PT! ■



Reprodução

PT celebra 45 anos de protagonismo na política brasileira

Maior partido de esquerda da América Latina, o PT celebra 45 anos e reforça seu protagonismo na política nacional e internacional

Redação Focus Brasil

O Partido dos Trabalhadores (PT) completa 45 anos de trajetória política, consolidando-se como o maior partido de esquerda da América Latina e uma das forças mais influentes da política brasileira. Fundado em 10 de fevereiro de 1980, o PT nasceu da articulação de trabalhadores,

intelectuais, religiosos progressistas e movimentos sociais, tornando-se um dos principais protagonistas na redemocratização do país e na construção de políticas públicas voltadas para a redução das desigualdades sociais.

Desde sua fundação, o partido esteve na linha de frente das principais lutas sociais do Brasil. Nos anos 1980, foi um dos grandes defensores das Diretas Já, participou ativamente da Constituinte de 1988 e, em 2002, levou Luiz

Inácio Lula da Silva à Presidência da República, após três tentativas. Desde então, o PT venceu cinco das oito eleições presidenciais disputadas, governando o país por um total de 16 anos e promovendo transformações profundas na economia, no combate à pobreza e na projeção internacional do Brasil.

Entre as principais conquistas dos governos petistas, destacam-se a ascensão de milhões de brasileiros à classe média, a im-



plementação de programas como o Bolsa Família, o Minha Casa Minha Vida, o Prouni e o Mais Médicos, além da valorização do salário mínimo e da expansão das universidades federais. Na política externa, o Brasil tornou-se um ator estratégico, fortalecendo relações com países do Sul Global, consolidando sua influência nos BRICS e assumindo um papel relevante em questões ambientais e econômicas globais.

Comemorações dos 45 anos

Para marcar os 45 anos de existência, o PT organizou uma série de eventos ao longo do mês de fevereiro. No último dia 12, a Câmara dos Deputados realizou uma sessão solene em homenagem ao partido, por iniciativa da presidenta nacional do PT, Gleisi Hoffmann (PT-PR), e do deputado Odair Cunha (PT-MG). A cerimônia reuniu parlamentares, lideranças partidárias e militantes para lembrar a trajetória do partido e reafirmar seu compromisso com as lutas sociais e a democracia.

O evento central das comemorações ocorrerá no Rio de Janeiro, nos dias 21 e 22 de fevereiro, na região da Gamboa. Com o slogan “Raízes no Povo. Olhos no Futuro”, a festa terá uma programação

variada, combinando debates políticos, apresentações culturais, feira gastronômica e shows populares. Entre os temas que serão discutidos no dia 21, destacam-se “A COP 30 e o desenvolvimento inclusivo” e “A construção do Movimento Regeneração Nacional (Morena) no México e da Frente Ampla do Uruguai”. Já no dia 22, o presidente Lula participará do ato político, ao lado de lideranças petistas, representantes de partidos aliados e movimentos populares.

As festividades também terão um forte caráter simbólico, reforçando a importância da militância petista e a necessidade de renovação para enfrentar os desafios futuros. O evento será aberto ao público e espera receber cerca de duas mil pessoas nos dois dias de celebração.

Lula e o futuro do PT

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, principal líder da legenda, utilizou suas redes sociais para exaltar o aniversário do partido e reafirmar os compromissos históricos da sigla. “Hoje é dia de celebrarmos o aniversário do partido que nasceu para mudar o Brasil e a vida do povo brasileiro”, escreveu Lula, destacando que o PT segue “cada vez mais vivo e mais forte”. O presidente ressaltou a defesa intransigente da de-

mocracia, da soberania nacional e das políticas de inclusão social como pilares centrais da atuação do partido.

Legado e desafios

O PT chega ao seu 45º aniversário em um momento de grandes desafios políticos e econômicos. Após retornar ao governo federal em 2023, o partido tem a missão de reconstruir o Brasil depois do que considera um desmonte promovido pelo governo anterior. Em pouco mais de um ano, o governo Lula já avançou na recuperação de programas sociais, na retomada de investimentos em infraestrutura e na implementação de uma política econômica focada no crescimento sustentável e na justiça tributária.

Entretanto, a legenda precisa lidar com o crescimento do extremismo de direita, que segue mobilizando setores da sociedade e influenciando o debate público. Para garantir sua longevidade política, o PT aposta na renovação de suas bases, na ampliação do diálogo com novos segmentos sociais e na construção de um projeto que responda aos desafios da era digital, do novo mundo do trabalho e da transformação dos meios de comunicação.

Gleisi Hoffmann, presidenta do PT, sintetizou esse momento ao afirmar: “45 anos não são 45 dias. O PT aprendeu muito e cresceu com o povo brasileiro nessa trajetória. Vamos seguir juntos, cada vez mais, para transformar o presente e construir um futuro melhor”.

Com uma trajetória marcada por lutas, resistência e conquistas, o Partido dos Trabalhadores reafirma sua posição como um dos principais atores da política brasileira e se prepara para os desafios das próximas décadas, mantendo-se fiel à sua origem e aos princípios que nortearam sua criação. ■



Plural e resistente, militância petista é sinônimo de força para o partido

Nas ruas e nas redes, militantes mantêm a construção da organização viva e disseminam a voz do PT no cotidiano

Com 45 anos de atividade, o Partido dos Trabalhadores já atravessou diferentes desafios, tanto nos embates das casas legislativas e nas medidas tomadas à frente do Executivo em diferentes esferas, quanto nas tradicionais campanhas eleitorais ou na luta social em defesa dos interesses do povo. Em tantas batalhas, para dar materialidade aos temas na sociedade, existe um cenário: a rua. E seus protagonistas: a militância.

Com mais de 1.653.361 filiados, de acordo com dados do Tribunal Superior Eleitoral (outubro de 2024), o PT se diferencia dos ou-

tros partidos no assunto. Mesmo atrás do MDB em número total de filiações, o partido está enraizado no imaginário do que significa ser um militante partidário atuante no Brasil, em especial em momentos decisivos da vida política do país, quando centenas de milhares saem às ruas portando bandeiras, vestidos com camisas vermelhas e, na ponta da língua, um discurso afiado para rebater fake news.

Desde a criação do partido, em 10 de fevereiro de 1980, no colégio Sion, em São Paulo, a pluralidade de atuação estava presente com sua formação a partir de sindicalistas, militantes egressos da luta armada contra a ditadura, integrantes de movimentos populares de origem camponesa e católica, intelectuais, entre outros segmen-

tos.

O sentimento de construir um instrumento para defender os interesses do povo brasileiro segue como um objetivo do PT. “Temos muito que celebrar neste dia e o mais importante é renovar nosso compromisso com a classe trabalhadora e com o povo brasileiro”, afirmou a presidente Gleisi Hoffmann, em um vídeo em comemoração ao aniversário divulgado nesta segunda-feira.

Hoffmann apontou também as dificuldades atuais: “nossa responsabilidade hoje é ainda maior, porque temos de reconstruir um país devastado pelo neoliberalismo privatista e excludente”. E completou dizendo que “45 anos não são 45 dias. O PT aprendeu muito e cresceu com o povo brasileiro nessa trajetória”.

Base participativa

“A pátria petista, isso não é novidade, ela se move até mesmo sem esperar a direção partidária, ela vai criando fatos, criando movimentos, essa militância petista continua tendo uma importância muito grande de mobilização e iniciativa”, afirma Breno Altman.

O jornalista, filiado ao partido desde 1986, foi um dos coordenadores da Campanha Lula Livre e acompanhou de perto a resistência de militantes na pressão para a soltura do atual presidente, que ficou preso 580 dias na carceragem da Polícia Federal em Curitiba.

A soltura de Lula ocorreu em novembro de 2019, mas, antes disso, desde o processo que tirou Dilma Rousseff do poder em agosto de 2016, não é exagero apontar

que a militância petista não teve um dia de paz. Foram diversas campanhas nas quais os petistas estiveram engajados, desde o “Não vai ter Golpe”, passando pelo “Fora Temer” até chegar ao contexto do “Ele Não”. Durante o governo Bolsonaro, foram realizados inúmeros protestos e atividades de solidariedade para ajudar a população mais vulnerável no período da pandemia.

Com esse caldo de acúmulo de intensos anos de manifestações de rua e com o maior expoente do partido, Lula, dando indícios de que retornaria ao jogo eleitoral, em 2021, o Partido dos Trabalhadores alcançou a marca de um expressivo crescimento nas filiações, com mais de 62 mil novos registros somente naquele ano.

Para o coordenador da Campanha Lula Livre, é importante que

haja uma ampliação no poder decisório da militância, que poderia ser retomado a partir das tecnologias disponíveis atualmente, com a realização de consultas online de maneira transparente.

Em relação ao aprendizado que a direção pode absorver perante aos exemplos militantes, Breno Altman defende mudanças. “A lição que podemos tirar é uma profunda reestruturação. O PT nasceu como partido de massas, depois, no final dos anos 90, passa a ser um partido eleitoral, e nos últimos anos se tornou uma legenda eleitoral pela qual diversas correntes e lideranças disputam as eleições. Falta compromisso com a construção coletiva do partido, com as resoluções. O PT precisa voltar a ser um partido de massas, que educa, mobiliza as massas”, opina Altman.

PT Futebol Clube

Dentro do universo da militância, cabem os filiados, os simpatizantes e aqueles que são conhecidos por familiares e amigos como “torcedores fanáticos” do PT. São pessoas que, para além de cons-

truírem o cotidiano do partido, contribuem para manter viva e pulsante a simbologia da luta política nos bairros de diferentes cidades brasileiras.

Ainda a partir da analogia

do futebol, são aqueles militantes que continuam vibrando com o partido, assim como um time, mesmo nas fases mais difíceis, como foram os últimos anos, desde o golpe sofrido por Dilma Rousseff até a saída de Bolsonaro. Nesse sentido, separamos alguns depoimentos de militantes que representam a “torcida” do partido, confira:



Fabiano Leitão Duarte 45 anos, músico, Brasília

Quando eu tinha 10 anos, eu ficava nos semáforos com a bandeira do PT panfletando com minha mãe, era o caminho natural das coisas que eu me filiasse um dia. Morei no Japão um tempo e quando voltei, resolvi me filiar. Queria fazer algo na sociedade e percebi que não se muda as coisas sozinho, era importante ter um coletivo, me filiei no período que estava fazendo trabalho social em uma comunidade em Samambaia, cidade satélite aqui de Brasília.

Nesse período do golpe contra Dilma e a prisão do Lula, inclusive, tive duas perdas muito dolo-

ridas de dois alunos no contexto de violência, o Júlio e o Evandro. E como eu era um professor de música na periferia, resolvi entrar para a luta com as armas que eu tinha: meu trompete e o ar dos meus pulmões. Quis colaborar assim, nesse sentido, eu invadia os links de transmissões ao vivo da Globo para chamar a atenção para aproveitar a audiência que eles tinham, principalmente no Jornal Nacional.

Somos uma torcida de guerreiros que lutam pelo projeto de país que investe na educação do nosso povo, no trabalho. Temos que continuar com esse projeto,

precisamos mudar a desigualdade desse país. Nós somos os verdadeiros patriotas, os que lutam pelo povo.

Na minha opinião, se não fosse o PT, o Brasil já teria sido todo depenado. Acho que o partido é a última barreira para que isso não aconteça, países como os Estados Unidos já teriam roubado todas as nossas riquezas. O PT tem esse papel de defesa do país e do povo brasileiro, e o Lula é um grande símbolo disso. O Brasil precisa muito do partido. O PT é resistência, é vanguarda, é sonho de um Brasil mais justo. Por isso, temos que defender o partido.



Lúcia Maria Xavier da Silva

70 anos,
professora
aposentada,
Rio de Janeiro

“Cresci no Rio de Janeiro e mudei para Contagem, uma cidade industrial de Minas Gerais, em 1986. Meu berço político foi lá, eu era vizinha da Marília Campos e fiz amizade com o pessoal do Sindicato dos Bancários. Descobri que no ambiente político eu, enquanto mulher e mãe, tinha um lugar para conversar assuntos super interessantes e ainda podia sair para tomar uma cerveja com as mulheres após as atividades, o que não era tão comum nos anos 90.

Me filiei em 2003, nesse contexto de eleição do Lula e da Marília na prefeitura. Depois fiz a transferência para o PT do Rio

porque voltei a morar aqui em 2004. Ao longo do governo petista, foi muito bom ver meus filhos na faculdade, era o Brasil que a gente queria. Nos últimos anos, era uma militância louca a gente vivia na rua ‘Fora Temer, Fora Temer, Fora Temer’ todo dia. Era muito desgastante, mas ao mesmo tempo muito produtivo. Eu trabalhava na sede do PT no Rio quando nosso presidente foi preso e a gente conseguia levar algumas camisetas brancas para o Lula, em Curitiba, e ele assinava pra gente.

Algo bastante marcante pra mim foi a campanha presidencial em 89. Teve um comício perto da minha casa, eu estava com um

bebê de dois meses em casa, e minha filha com menos de dois anos foi junto comigo ver o Lula, ela sabia de cor a letra do “Lula Lá” de tanto que ouvia em casa. Então, ele pegou ela no colo, eu me emociono até hoje em lembrar. Quando Lula foi eleito, agora em 2023, nós fomos na posse, minha família toda, até o meu neto pequeno. Fizemos o réveillon lá, foi uma festa linda.

Posso dizer tranquilamente que, além da minha família, minha vida é o PT e as relações que construí a partir dele. Eu sou uma pessoa que respira PT, durmo PT, sonho PT. É uma torcida louca, eu me sinto agradecida ao universo pela minha relação com o partido.”

PT FUTEBOL CLUBE



Nelson Jandir Canesin

66 anos,
aposentado,
São Paulo

Eu era militante político da Libelu, que era crítica ao PT, e eu não concordava com essa posição, já era bastante simpatizante do partido e, portanto, resolvi me filiar. Me filiei em fevereiro de 1982, no Bar do Cebolinha, ao lado da prefeitura de Osasco, o bar era do pai do Silvio Pereira, que foi Secretário-Geral do PT e ele que me filiou. Era um momento de turbilhão na vida política, com a ascensão da organização dos movimentos sociais, e eu era militante do Sindicato dos Bancários.

Esse último período que começa com o golpe da Dilma já não começou muito fácil. A reeleição da Dilma já havia sido complicada, tínhamos enfrentado as jornadas de junho de 2013, que resultaram no levante do facismo. Eu fui a uma dessas manifestações enquanto movimento sindical, junto com a CUT, e saímos de lá debaixo de porrada. Eles nos cercavam, gritavam 'sem partido' e no fim fo-

ram todos para partidos de direita. No momento do golpe, estava no Vale do Anhangabaú assistindo aquele circo de horrores.

Estava em São Bernardo no dia que o Lula resolveu se entregar para ser preso e foi um dos dias mais tristes da minha vida. Quando voltei pra casa, em Ibiúna, no interior de São Paulo, já saí pichando a cidade com os dizeres 'Lula Livre'. No dia seguinte, eu fui pra Curitiba. Estava todo mundo acampado na rua ainda. O MST fazia almoços e jantares. Eu fiquei três meses ali, depois consegui ir para casas alugadas pelos bancários e pelos químicos. Foi uma experiência muito rica para mim.

Quando fui para a vigília, eu era petista, depois daquele período passei a ser também lulista. Vi muita gente bastante simples, trabalhadores rurais, que trabalhavam como boia-fria, fazia um dinheirinho da roça, iam pra lá ficar acampados um tempo, depois

voltavam, exemplos lindos de militância.

Não consigo me ver fora do PT e vejo que muita gente da antiga também é assim. É como um time, se eu sair do PT não tenho pra onde ir, não me vejo em outros partidos. Nós já tivemos fases muito difíceis em que mal dava para sair com a camiseta do partido na rua e isso permanece até hoje, o ódio plantado foi tão grande que permanece complicado. Em Curitiba, quando estava na Vigília e precisava sair pra resolver alguma coisa no centro da cidade, era uma loucura, parecia que eu era um ser de outro planeta, a gente era muito hostilizado, mas o PT é isso, estamos sempre juntos, não fugimos da luta.

Vejo que a importância do PT no Brasil é que ele conseguiu aglutinar militantes que estavam com atuações dispersas nos movimentos sociais, o PT veio como um ímã para se tornar um dos maiores partidos de esquerda do mundo. O PT veio pra ficar.



Alexandre Fossatti

42 anos,
publicitário,
Santa
Catarina

“Entrei em 2018, foi o primeiro partido ao qual me filiei, apesar de já ter atuado anteriormente com outro parlamentar de outra legenda. A conjuntura política no momento da minha filiação era o avanço do bolsonarismo e da extrema-direita suprimindo os direitos do povo brasileiro. Era triste ver que 80% dos meus amigos estavam nessa onda.

Naquele momento, eu já tinha morado na Inglaterra em 2008 e me surpreendido com o quanto o presidente Lula era querido no exterior, daí comecei a estudar mais a história do partido naquele momento e me identifiquei muito com o patriotismo dentro PT, que pra mim é o único partido real no Brasil, já que o resto são mera-

mente associações de deputados, salvo as exceções de outros partidos de esquerda que são muito menores na comparação com o Partido dos Trabalhadores.

No período crítico depois do golpe, eu produzia outdoors com os escritos ‘Anula STF’ em relação à prisão do Lula, chegando a 400 espalhados no Brasil inteiro. Lembro que era pecado falar de Lula naquela época. Muitos outdoors foram derrubados, alguns tacaram fogo. Nos organizamos a partir de um coletivo de pessoas do Rio Grande do Sul e Santa Catarina que se juntaram em um grupo de Whatsapp chamado ‘Anula STF’ e fazíamos vaquinhas para fazer os outdoors com mensagens políticas em cidades demandadas pela militância.

Depois da atuação nesse coletivo, eu fui para as redes sociais e acabei criando um perfil do Lula no TikTok, que até então não estava lá. Com essa conta, alcançamos mais de 8 milhões de pessoas por dia de audiência, foi uma experiência muito interessante, que me colocou em contato com a equipe do presidente. A página acabou derrubada durante a campanha por causa de uma postagem de uma fala de Bolsonaro sobre a Covid.

Eu vou ser sempre petista, pra mim é o único partido articulado que tem um projeto para o país. Eu acredito que ser do PT é um privilégio de saber quem são os verdadeiros patriotas desse país que lutam por um país verdadeiramente liberto.”



Regyani Nascimento da Silva

40 anos,
publicitária,
Pará

“Minha mãe sempre foi bastante atuante na militância de bairro e ela teve muito contato com as pessoas que fundaram o partido em Belém, no Sacramento, onde eu nasci. Nesse contexto, eu me filiei com 16 anos, em um processo de filiação interna. Desde muito cedo, tive contato com o PT.

Como sou dirigente do partido aqui, participei de inúmeras atividades, principalmente no período da prisão do Lula, denunciando, fazendo passeatas, fizemos até um ato de julgamento simbólico para denunciar a parcialidade da Justiça naquele momento, era um sentimento muito grande de impotência, achávamos que a sa-

ída seria a longo prazo, então nos preparamos para a resistência. E para organizar a resistência a gente se apegava uns nos outros, na própria militância, conversávamos muito, sempre um ligava pro outro pra saber como o outro estava, isso foi o que meu força para aguentar, inclusive, o julgamento público porque era tudo muito difícil, andar nas ruas com a camisa do PT, a gente também acabou julgado junto com o presidente.

Pra mim, torcida boa é a que está com o time em todos os momentos, mas sempre cobrando, não só dando força, mas, principalmente cobrando. Nossa militância é muito aguerrida, tem ci-

dades aqui no estado que têm 70% de bolsonaristas e a nossa turma está lá, resistindo. A nossa força é essa, a nossa militância, é quem faz o debate no micro, na rua, onde o debate político acontece com muita força, isso é tão importante quanto o que acontece no Congresso.

Acho que se a classe trabalhadora não tivesse o PT como instrumento de luta social, não estaríamos nessa posição que estamos hoje, com ganhos sociais, mesmo a partir das lutas. Isso é muito importante para o país também, ter um partido que defende as pessoas de maior vulnerabilidade, isso é um ganho para o povo do Brasil.”

Ata de fundação do PT é digitalizada e já pode ser acessada online

Documento histórico guardado pelo Centro de Documentação Política Sérgio Buarque de Holanda [está disponível no site da Fundação Perseu Abramo](#)

Redação Focus Brasil

A trajetória do Partido dos Trabalhadores, que completa 45 anos nesta segunda-feira (10), está registrada em diversos documentos e relatos desde sua fundação, em 1980. Agora, um dos registros mais importantes dessa história está disponível para consulta online: a ata de fundação do PT.

O documento integra o acervo da Fundação Perseu Abramo e foi digitalizado pelo Centro Sérgio Buarque de Holanda de Documentação e Memória Política (CSBH).

Assista ao vídeo sobre o documento: <https://www.youtube.com/watch?v=lzzqKagQ6iQ&feature=youtu.be>

Um registro histórico da criação do PT

A ata original, manuscrita com caneta azul e caligrafia legível, possui 200 páginas detalhando a reunião que consolidou o nascimento do partido. Esse encontro reuniu movimentos populares, sindicatos, artistas, intelectuais e trabalhadores de diversas categorias, simbolizando a diversidade que marcou a criação do PT.

O documento é datado de 1º de



Reprodução

Ata de fundação do PT apresenta a defesa da justiça social e da democracia.

junho de 1980 e foi redigido para substituir a ata inicial, feita no dia 10 de fevereiro daquele ano. Além da lista completa dos participantes, o texto traz registros fundamentais, como o discurso de Luiz Inácio Lula da Silva, escolhido para ser o primeiro presidente da legenda.

“Começamos a construir um partido que defende a autonomia dos sindicatos, associações profissionais, movimentos populares e entidades representativas da sociedade independentes do próprio partido. Nos sentimos satisfeitos por este acontecimento”, declarou Lula na ocasião.

Além desse manifesto inicial, a ata detalha a estrutura organizacional do PT, incluindo a definição dos dirigentes nacionais e secretários, além dos princípios

centrais do partido, como a defesa da justiça social, da democracia e da solidariedade irrestrita aos movimentos populares.

Acervo disponível para consulta pública

O CSBH abriga documentos essenciais da trajetória do PT e da política brasileira, reunindo um rico acervo sobre as mobilizações populares, os debates e os projetos que marcaram a história do partido.

Pesquisadores, militantes e demais interessados podem acessar esse e outros registros históricos no SIAC – Sistema Integrado de Acervos, que já conta com cerca de 60 mil itens disponíveis para consulta.

Acesse aqui a ata de fundação do PT ■

PT 45 anos: atuação de mulheres petistas consolidou direitos das brasileiras

“As mulheres sempre tiveram um papel fundamental na história do PT, tanto na construção e fortalecimento do partido, quanto na formulação de políticas públicas”, reflete Benedita da Silva (PT-RJ)



Da Redação do Elas por Elas, com informações da FPA

O Partido das Trabalhadoras e dos Trabalhadores (PT), sem qualquer sombra de dúvida, é a legenda que mais atuou para garantir às brasileiras mecanismos de combate à violência doméstica, um dos principais problemas que acomete a população feminina no país, além de criar programas sociais e políticas públicas com foco na mobilidade social e econômica.

Logo nas primeiras páginas do livro “Feminismo e o PT – Trajetórias e desafios políticos”, da

Fundação Perseu Abramo, a presidenta Nacional do partido, Gleisi Hoffmann, deixa isso claro: “A história da luta das mulheres no Brasil e do nosso protagonismo na política está fortemente entrelaçada à trajetória do Partido dos Trabalhadores e das Trabalhadoras (PT), desde os movimentos que levaram à fundação do partido, em 1980, até os dias de hoje. É incontestante que em nenhum outro partido político no Brasil as mulheres tiveram presença e atuação tão marcante quanto no PT. E nenhum outro ofereceu ao país tantas lideranças femininas em pouco mais de quatro décadas de existência.”

Para a deputada constituinte Benedita da Silva (PT-RJ), desde

sua fundação, o Partido dos Trabalhadores e das Trabalhadoras foi impulsionado pela força e resistência das mulheres. A companheira foi, também, relatora da PEC das Domésticas – Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 478/2010 – que foi aprovada em 2013, e que estabelece que as trabalhadoras domésticas têm os mesmos direitos trabalhistas que os demais trabalhadores.

“As mulheres sempre tiveram um papel fundamental na história do PT, tanto na construção e fortalecimento do partido quanto na formulação de políticas públicas que refletiram diretamente em suas vidas e na sociedade como um todo. Nesse sentido, é importante lembrar o protagonismo das mulheres na mobilização por direitos trabalhistas, igualdade de gênero e justiça social e na atuação destacada na luta por creches, licença-maternidade e igualdade salarial. Além disso, quero destacar que as mulheres ajudaram a construir diretamente as políticas públicas dentro dos governos do PT”, relembra a companheira carioca.

A secretária nacional de mulheres do PT, Anne Moura, defende que é completamente acertado falar que as conquistas que as mulheres brasileiras tiveram desde o período da redemocratização, passaram pelas mãos, cabeças e olhares de mulheres petistas. Para ela, as companheiras

têm em si o compromisso com a melhora da qualidade de vida das brasileiras.

“Se hoje temos um inédito Ministério das Mulheres foi porque, em 2003, no primeiro governo do presidente Lula, foi criada a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), junto à Presidência da República com status de ministério. Ou seja, há 23 anos nosso partido atua no âmbito federal para construir pontes e estruturas que consigam enraizar ações de proteção às mulheres nos territórios brasileiros”, afirma a dirigente.

E, de fato, os fatos não mentem. Nas três gestões presidenciais do PT, foram diversas leis sancionadas, programas sociais e políticas públicas criadas com foco nas brasileiras. Podemos citar a titularidade e prioridade no Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, a Lei da Igualdade Salarial, a Política Nacional de Cuidados, o programa Dignidade Menstrual, a realização de conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres, a criação e a reestruturação do Disque 180, a criação da Casa da Mulher.

“Seja nos governos do nosso partido, seja na atuação no Congresso ou nos movimentos sociais, o PT sempre teve um papel significativo na luta das mulheres no Brasil. O nosso partido avançou de forma expressiva nas políticas públicas com foco nas mulheres em todo o país”, destaca Bené.

Participação política – vocação das petistas

Além disso, o PT, desde a sua fundação, teve mulheres nas suas fileiras que entenderam a importância de haver paridade nas instâncias de direção. Isso não quer dizer que não houve luta e disputa, mas evidencia o compromisso

das petistas com um propósito maior, que é a ocupação política. As mulheres entendem a importância da participação política nos espaços de poder e decisão.

E tudo isso começou dentro das instâncias petistas. No livro da FPA, a presidenta Gleisi relembra que o consenso em torno de ações afirmativas, como as cotas que levaram à atual paridade – marca do PT –, teve de ser construído primeiramente entre os grupos e movimentos de mulheres petistas. “Foi preciso aprender que garantir espaços para mulheres não era uma concessão nem um exotismo, mas uma imposição de democracia correspondente a nossa presença no mundo”, escreveu a companheira.

Essa vocação das petistas para a ocupação política pode ser observada tanto na média de companheiras que se candidatam nas eleições – cerca de 10 mil mulheres foram para as disputas municipais em 2024 – quanto no tamanho da bancada feminina na Câmara dos Deputados, que é a maior daquela Casa.

Questionada sobre o que explica esses resultados positivos na ocupação política das mulheres do PT, a secretária Anne Moura credita o cenário ao projeto de formação política Elas por Elas, que desde 2018 atua para qualificar as candidatas para as eleições: “Eu tenho muito orgulho de poder afirmar que o nosso trabalho, por meio do programa de formação Elas por Elas, teve contribuição direta na ampliação das petistas nos espaços de poder. Nas últimas eleições municipais, por exemplo, mantivemos a média de 10 mil candidatas. E no pleito do ano passado, o PT novamente ampliou o número de eleitas (vereadoras, prefeitas e vices). Nossa ascensão é concreta e real: em 2016, foram 519 eleitas, em 2020 pulamos para 639, e no ano passado, 873 companheiras foram vencedoras nas urnas.”

Recado para as companheiras petistas

Benedita da Silva: “Relaciono-me com o PT como um ente querido em quem confio para entregar inteiramente a minha militância e receber dele orientação política. Nesse sentido, a mensagem que deixo é lembrar que somos um partido governado por uma mulher. Somos um partido que, com a força do povo brasileiro, levou a primeira mulher à Presidência da República. Somos um partido que permitiu uma ex-trabalhadora doméstica se tornar vereadora, deputada constituinte, senadora, governadora e ministra. Eu poderia citar outras centenas de histórias relacionando a construção do PT pela participação direta das mulheres construindo ações para as mulheres em todo o país, mas a mensagem que eu quero deixar para as companheiras petistas é que esse partido só existe porque ele é de fato construído diariamente pelo trabalhadores e também PELAS TRABALHADORAS. Vida longa ao maior partido de esquerda da América Latina.”

Anne Moura: “Às nossas companheiras que abriram os caminhos para que a minha geração pudesse estar aqui e agora: meu muito obrigada por tanta luta, garra e empenho. Sem a dedicação de vocês, certamente, a nossa presença nos espaços de poder como Câmara dos Deputados, Senado, Câmaras de vereadores e prefeituras não teria a amplitude que tem hoje, tampouco o não teríamos o Ministério das Mulheres.

Para as demais companheiras, digo que a nossa luta é diária, e nosso compromisso com o projeto político do PT e do governo Lula deve continuar pelo tempo que for necessário até que todas as mulheres estejam seguras, com emprego, renda, comida no prato, e seus filhos e filhas nas escolas.” ■



Agência Brasil

Economista explica por que era muito mais caro comer na gestão anterior do que agora

“Não dá para comparar o preço dos alimentos nos governos Lula e Bolsonaro”, afirma Gerson Teixeira

Henrique Nunes

A imagem política da semana tem como símbolo um simples adereço, mas que explica com maestria os métodos utilizados pela oposição para enfraquecer o governo Lula. Em meio ao debate sobre o preço dos alimentos, parlamentares de extrema-direita entraram no plenário usando bonés com os dizeres

“comida barata novamente, Bolsonaro 2026”. A resposta do governo veio na mesma moeda: bonés com a frase “o Brasil é dos brasileiros”.

A guerra narrativa trouxe à tona uma enxurrada de reportagens para saber, de fato, se o preço dos alimentos era mais barato até 2022. A resposta é não. Quem garante é o economista e ex-coordenador do Núcleo de Acompanhamento de Políticas Públicas (Napp) Agrícola, Gerson Teixeira.

“Não dá para comparar a ges-

tão anterior com a de agora. O governo Bolsonaro não tinha estratégia nenhuma e, de certa forma, entregou a população à própria sorte não só em função da pandemia, mas também pela alta dos alimentos. A inflação era tão grande naquela época que o país voltou a ser ameaçado pela pobreza extrema, agora reduzida à menor taxa da história pelo atual governo”.

De fato, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nos dois primeiros anos

de Bolsonaro, a Inflação da Alimentação no Domicílio chegou a 27,4%. Já nos dois primeiros anos do governo Lula, tal montante ficou na casa dos 7,6%. A diferença é tamanha que faz a comparação (e o uso do boné) parecerem absurdas.

O que de fato está acontecendo?

Ainda que as gestões sejam incomparáveis, a alta de alguns alimentos como café, arroz e carne é considerada um dos grandes problemas a serem resolvidos pelo atual governo. A crise, prossegue Teixeira, vem justamente do fato de a gestão Lula 3 ter realizado diversas melhorias.

“O que está acontecendo é que o governo tem sido vítima da própria virtude, já que colocou em prática uma série de medidas que ampliaram o consumo da população brasileira. O combate à pobreza extrema, a geração recorde de empregos e o aumento no poder de compra geraram um novo contingente de consumidores, aumentando a demanda por alimentos sem que houvesse oferta à altura”.

Para frear o problema, Teixeira sugere duas medidas: tributação da exportação e a criação de estoques públicos de alimentos. “Com um agronegócio voltado em grande parte para o mercado externo, fica difícil garantir que a produção de alimentos atenda à demanda da população. Para se ter ideia, o Brasil exporta 26% da carne que produz, enquanto os Estados Unidos exportam apenas”

Além do aumento da demanda, com desemprego na casa dos 6%, o aumento dos preços dos alimentos no Brasil envolve múltiplos fatores. Um deles está no IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), indicador oficial de inflação do país, que encerrou 2024 em 4,83%, acima do teto da



Rafá Neddermeyer/Agência Brasil

meta estipulada pelo governo, de 3%, com tolerância de até 4,5%.

Também é importante levar em conta fatores climáticos como o fenômeno El Niño, que impulsionou o aumento das temperaturas globais e as condições meteorológicas adversas no mundo. No Brasil, eventos climáticos extremos, como as enchentes no Rio Grande do Sul, encareceram os alimentos.

Lula se pronuncia

Em entrevista às emissoras de rádio Metrópole e Sociedade, da Bahia, concedida no dia 6 de fevereiro, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva voltou a afirmar que o Governo Federal trabalha intensamente para diminuir os preços dos alimentos no Brasil. “Nós estamos trabalhando, conversando com empresários, utilizando muito a competência da Fazenda, a competência do Ministério da Agricultura, do Ministério do De-

envolvimento Agrário, para que a gente encontre uma solução sobre como reduzir o preço. Nós vamos encontrar uma solução para os preços”, assegurou o presidente.

Lula adiantou que na próxima semana deverá se reunir com representantes de setores do agronegócio para discutir medidas que possam ser tomadas nesse sentido. “Nós estamos trabalhando com muito afinco. Na semana que vem eu vou ter uma reunião com os produtores de carne desse país. Vou ter com os produtores de arroz. Ou seja: vou ter com todos os segmentos para saber como é que a gente faz para fazer com que os preços sejam compatíveis com a necessidade de compra do povo brasileiro. Comida barata na mesa do trabalhador é uma coisa que nós estamos perseguindo. E eu tenho toda a certeza do mundo de que, da mesma forma que nós fizemos isso no primeiro ano, nós vamos fazer isso daqui para frente”. ■



Ricardo Stuckert / PR

O presidente reforçou que o evento é uma grande oportunidade para prefeitos e prefeitas conhecerem programas e ações do Governo Federal.

Prefeituras terão acesso direto a ministérios e recursos federais, afirma Lula

Encontro Nacional reúne mais de 22 mil gestores para ampliar parcerias com o Governo Federal

Redação Focus Brasil

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva reforçou a importância da colaboração entre municípios e União durante a abertura do Encontro de Novos Prefeitos e Prefeitas, em Brasília, nesta terça-feira (11). Com mais de 22 mil participantes, o evento busca fortalecer parcerias e garantir investimentos federais para os municípios.

“A prefeitura é um alicerce para que a União dê certo. Esse país só será desenvolvido se a cidade for desenvolvida. Não há estado rico com cidade pobre”, afirmou Lula.

O evento, que ocorre até quinta-feira (13), reúne 3.110 prefeitos e 560 vice-prefeitos de mais de 3.200 municípios. Além de apresentar programas e ações federais, o encontro permite que

gestores acessem diretamente 38 ministérios, bancos públicos e órgãos como FNDE, Ibama, Iphan, Receita Federal e Correios.

Parcerias e acesso direto a recursos

A programação inclui painéis sobre desenvolvimento social, sustentabilidade, inovação e cidades inteligentes. O objetivo é capacitar prefeitos e equipes técnicas para facilitar a captação de recursos federais e aprimorar a gestão municipal.

O ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, destacou a diversidade do encontro:

“Aqui está o Brasil. Municípios de todas as características, de todas as regiões, de todos os matizes políticos”.

Já o vice-presidente Geraldo Alckmin ressaltou a importância do pacto federativo, enquanto o

presidente da Frente Nacional de Prefeitos (FNP), Edvaldo Nogueira, classificou o evento como um marco na relação entre governo e municípios.

Diálogo sem intermediários

Além do Executivo, o encontro contou com a presença dos presidentes do Senado, Davi Alcolumbre, e da Câmara dos Deputados, Hugo Motta. Ambos destacaram o papel fundamental dos municípios na implementação de políticas públicas e na aproximação do governo com a população.

O presidente da Associação Brasileira de Municípios (ABM), Ary Vanazzi, afirmou que a iniciativa demonstra o compromisso do governo federal com as cidades:

“Esse encontro é o maior sinal de que o governo Lula tem compromisso com o pacto federativo”. ■

Com informações do Planalto.



Inflação desacelera e registra a menor taxa para janeiro desde 1994

Com recuo na conta de luz, inflação de janeiro atinge menor índice para o mês desde o Plano Real

Redação Focus Brasil, com informações do Planalto

O índice de inflação no Brasil apresentou uma desaceleração significativa no início de 2025. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) registrou alta de apenas 0,16% em janeiro, a menor taxa para o mês desde o início do Plano Real, em 1994. O acumulado em 12 meses recuou para 4,56%, segundo dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nesta terça-feira, 11 de fevereiro.

O recuo foi influenciado principalmente pela queda de 14,21% nos preços da energia elétrica residencial, que teve impacto de -0,55 ponto percentual no índice. Fernando Gonçalves, gerente do IPCA, explicou que essa redução se deve à incorporação do Bônus de Itaipu, concedido nas fatu-

ras de janeiro. Com isso, o grupo Habitação registrou retração de 3,08% no período.

Por outro lado, o grupo Alimentação e Bebidas registrou um aumento de 0,96%, marcando o quinto mês consecutivo de alta. Os principais vilões foram a cenoura, com aumento de 36,14%, o tomate (20,27%) e o café moído (8,56%). No sentido oposto, a batata-inglesa (-9,12%) e o leite longa vida (-1,53%) tiveram recuo nos preços. A alimentação fora do domicílio também desacelerou, passando de 1,19% em dezembro para 0,67% em janeiro.

O IPCA é calculado pelo IBGE e considera os gastos de famílias com rendimento entre 1 e 40 salários mínimos. A pesquisa abrange dez regiões metropolitanas, além de Goiânia, Campo Grande, Rio Branco, São Luís, Aracaju e Brasília. Para o cálculo do índice de janeiro, foram comparados os preços coletados entre 28 de dezembro e 29 de janeiro de 2025 com os vigentes entre 29 de no-

vembro e 27 de dezembro de 2024.

Variação regional e setores em destaque

Dentre as 16 localidades analisadas pelo IBGE, Aracaju teve a maior variação positiva (0,59%), impulsionada pela alta de 13,65% nas passagens aéreas. A menor variação foi registrada em Rio Branco (-0,34%), onde a energia elétrica caiu 16,60%. Outras cidades também tiveram variação negativa no IPCA de janeiro, como Goiânia (-0,03%), Porto Alegre (-0,03%), São Luís (-0,08%) e Curitiba (-0,09%).

O setor de Transportes apresentou alta de 1,30%, puxado pelos aumentos nas passagens aéreas (10,42%) e no ônibus urbano (3,84%). As tarifas de transporte público foram reajustadas em diversas capitais, como Belo Horizonte (8,38%), Rio de Janeiro (6,98%), Salvador (6,00%) e São Paulo (5,22%). Também houve aumento nos preços do etanol (1,82%), óleo diesel (0,97%), gasolina (0,61%) e gás veicular (0,43%).

INPC estagnado

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), que mede a inflação para famílias com renda de até cinco salários mínimos, não apresentou variação de dezembro para janeiro, permanecendo em 0,00%. No acumulado de 12 meses, a taxa ficou em 4,17%, abaixo dos 4,77% registrados no período anterior. Regionalmente, a maior variação foi registrada em Salvador (0,47%), enquanto Rio Branco teve a menor (-0,49%), reflexo da queda na energia elétrica.

Os dados indicam um início de ano com inflação mais controlada, especialmente devido à queda expressiva na energia elétrica. No entanto, os preços dos alimentos e do transporte seguem pressionando o custo de vida da população. ■

“Fake news é um problema para o Conselho Nacional de Saúde”

A atual presidente do CNS, Fernanda Magano, explica as ações do Conselho para combater as fake news

Fernanda Otero

Segunda mulher a ocupar o cargo na história do órgão. Criado em 1937, o CNS é um colegiado deliberativo e permanente do Sistema Único de Saúde (SUS), vinculado ao Ministério da Saúde. Com a pasta sendo comandada por uma mulher pela primeira vez, Fernanda destaca a importância desse momento. “É uma felicidade eu ser a segunda mulher a presidir o CNS”, afirma. Eleita com 43 votos favoráveis, dos 44 úteis, ela assume a missão de fortalecer a participação social na formulação das políticas de saúde.

Em entrevista à Focus Brasil, Fernanda ressalta o papel da sociedade na luta contra as fake news, que, segundo ela, representam um desafio urgente. “A informação é essencial, mas precisa ser organizada a partir das bases”, enfatiza.

A presidente também avalia os impactos da recente decisão dos Estados Unidos de se retirar da Organização Mundial da Saúde (OMS), o que, na sua visão, pode comprometer programas essenciais desenvolvidos globalmente. “Essa decisão revela a dificuldade de garantir o cuidado em meio às grandes crises sanitárias mundiais”, analisa.

Psicóloga há mais de 30 anos, natural de São Paulo, Fernanda tem especialização em Direitos Humanos e Criminologia Social e atuou por três décadas na Saúde do Sistema Prisional Paulista. Atualmente, trabalha na Saúde de Mauá e é dirigente do Sindicato dos Psicólogos de São Paulo (SinPsi) e da Federação Nacional dos Psicólogos (Fenapsi).

Com trajetória marcada pela defesa da Luta Antimanicomial e do cuidado em liberdade, Fernanda integra a Confederação Nacional de Seguridade Social, a

Direção Estadual de São Paulo do Dieese e já atuou em coletivos da CUT-SP voltados para mulheres, saúde e políticas sociais. Além disso, foi conselheira estadual de saúde em São Paulo e participou da mesa de negociação de saúde municipal na capital paulista.

Na conversa a seguir, a nova presidente do CNS fala sobre os desafios da gestão, o impacto da desinformação na saúde pública e a necessidade de ampliar a participação popular no SUS.

- Você é a segunda mulher a presidir o Conselho Nacional de Saúde. As mulheres são sempre a maioria tanto nos movimentos sociais quanto nas profissões, mas a gente nunca chega aos cargos de comando. A que você atribui esse fato?

- Então, é sempre um desafio... Eu acho que, a partir da tua pergunta, de fato, viemos de um ministério que, com tantos anos de



existência, nunca teve uma ministra mulher, agora com a ministra Nísia Trindade, e a felicidade de eu ser a segunda mulher (na presidência CNS). A primeira mulher foi Maria do Socorro de Souza, que era representante de usuários, pela Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), vinda do movimento sindical, que tem uma trajetória de luta na questão das mulheres. E sim, na pauta da saúde, é uma contradição nunca termos avançado tanto na perspectiva das trabalhadoras de saúde. À medida que, no contingente dos registros do CNES, que é o Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde, somos mais de 80% das trabalhadoras de saúde, e essa perspectiva de que, até então, os dois trabalhadores que tinham alçado o cargo de presidência, a partir do momento que passa pela legislação permitindo que haja o processo eleitoral, eram dois homens e farmacêuticos. Então, acho que é uma vitória na perspectiva de ser uma mulher, considerando o contingente de trabalhadoras no

universo da saúde. É uma vitória também na perspectiva dos movimentos sociais e uma construção que temos valorizado muito para apontar os caminhos que o SUS ainda tem que trilhar, os enfrentamentos que ainda tem pela frente nas questões de equidade que não são bem resolvidas, no acesso a mais cargos de direção, e também na perspectiva das violências que ainda se sofre na questão de gênero. Todas as profissões de saúde são importantes, e a psicologia, no meu caso, que é a minha formação específica, se destaca em um cenário em que a própria OMS, no Dia Mundial da Saúde Mental, que foi em 10 de outubro, apontou a necessidade de se dar atenção ao cuidado da saúde nos ambientes de trabalho. Com o final da Covid-19, é importante considerar os efeitos e as sequelas que permanecem, tanto os sintomas permanentes da doença, e agora em março, temos uma marca significativa do primeiro caso brasileiro. Estamos procurando trazer esse destaque, mas também enfatizar que os

efeitos da pandemia, além das sequelas físicas, afetam as vivências de luto de tantos trabalhadores e trabalhadoras que perdemos, mas também impactam a saúde mental. Portanto, é fundamental não tratar apenas de uma especificidade ou de uma carreira, mas destacar a importância de um olhar para a saúde única. E já incorporo na fala todas as perspectivas de enfrentar as tragédias ambientais e os desastres, e por que não pensar nos crimes ambientais, como foi em Mariana e no Rio Grande do Sul. Assim, é essencial ter uma visão mais global sobre a saúde dentro dos nossos desafios.

- Quero voltar um pouco nesse período da pandemia, que tiveram dois momentos marcantes, que foi, do ponto de vista do Conselho, a carta aberta às autoridades brasileiras, e o segundo documento também foi uma Nota Pública que o Conselho lançou, que rebatia o comportamento de Bolsonaro à Covid naquele momento. O que significou essa luta para que houvesse, pelo menos,

minimamente, ações de enfrentamento à pandemia?

- Acredito que esses dois documentos que você destaca foram fundamentais. Além deles, é importante considerar toda a ação junto ao CNDH, Conselho Nacional de Direitos Humanos, para levar à Procuradoria-Geral da União o conjunto de denúncias e todos os desmandos que ocorreram, as fake news e a falta de acesso à vacinação, visando a criminalização do governo fascista anterior, que não garantiu acesso à saúde. Assim, esses documentos públicos também marcam uma estratégia de comunicação para alcançar a população e tentar romper os abusos gerados pelas fake news, pela questão da cloroquina e pelo desrespeito. Infelizmente, houve uma vinculação com a categoria médica, que esteve muito próxima desses desmandos, autorizando o uso da cloroquina, propagando fake news e cometendo absurdos em detrimento da saúde da população brasileira, desrespeitando o órgão máximo de controle social da saúde, que é o Conselho Nacional de Saúde, além das demais categorias profissionais da saúde, todas alinhadas conosco no Conselho Nacional para realizar um movimento que envolvesse a construção de uma Câmara Técnica específica. Essa câmara seria responsável por acompanhar os desdobramentos, contando com a ajuda do conhecimento e da expertise científica da Fiocruz, para que pudéssemos fundamentar nossas posições na ciência e realizar movimentos de denúncia sobre a situação que estávamos vivendo na sociedade brasileira.

- Como é que o Conselho se comporta nos momentos em que temos uma situação como a da dengue, por exemplo, qual é a colaboração do Conselho nessas questões? O que o Conselho tem conseguido realizar para que o

Brasil recupere plenamente o seu estado de país que vacina?

- Então, é importante ressaltar que procuramos ter um discurso coerente com a nossa prática. No primeiro plano do ano, que ocorreu há duas semanas, em janeiro, fizemos questão de incluir a questão do Departamento de Contingências e Emergências do Ministério, que está tratando de dengue, chikungunya e outras arboviroses, para relatar à população brasileira, no pleno que é

**“É uma
contradição
nunca termos
avanzado
tanto na
perspectiva das
trabalhadoras
de saúde”**

transmitido, quais ações estão sendo desenvolvidas passo a passo. Além disso, pleiteamos e conseguimos, dentro desse grupo de enfrentamento às emergências, um espaço para o Conselho Nacional de Saúde opinar, participar e levar a voz do controle social. Assim, está compondo esse grupo o nosso secretário-executivo adjunto, Gustavo Cabral, e o coordenador de uma das nossas comissões de mérito do Conselho Nacional de Saúde, que é a Comissão In-

tersetorial de Vigilância Sanitária (CIVIS), representada pelo seu coordenador Alex Mota, que é um representante de usuários. Gustavo, sendo farmacêutico, atua para garantir que a voz desses dois importantes pesos, os usuários, que representam 50% do contingente no Conselho Nacional, seja ouvida, assim como a questão do suporte da secretaria-executiva no trâmite desses desdobramentos.

Então, é muito importante dar continuidade à campanha que já criamos anteriormente à Dengue, que é a “Saúde Sem Boto”. O símbolo dessa campanha é o mosquitinho, que foi utilizado para divulgar as ações específicas de enfrentamento, destacando a valorização dos profissionais que estão mais diretamente envolvidos nessa comunicação com a população, como os agentes de combate a endemias e os agentes comunitários de saúde. Além disso, estamos aproveitando para conhecer e divulgar mais a tecnologia desenvolvida pela Fiocruz para o enfrentamento da Dengue, como as armadilhas. Esses movimentos têm o objetivo de promover uma comunicação mais direta e simples, defender os trabalhadores e buscar condições para que a população enfrente essas situações, que já têm causado óbitos, assim como a necessidade de cuidar, nesta perspectiva da saúde, do saneamento urbano e do enfrentamento cotidiano da questão da Dengue.

- A informação e as fake news são um problema para o Conselho?

- Fake news é, de fato, um problema para o Conselho. Temos investido em uma assessoria de comunicação que produz, de maneira imediata, informações a cada fake news, a cada situação que ataca o Sistema Único de Saúde (SUS) brasileiro, com o objetivo de esclarecer e trazer informa-



ções a partir da verdade. Também estamos nos aproximando de órgãos de comunicação, como vocês, que nos ajudam a disseminar boas notícias e a não propagar informações falsas. Nossa intenção é chegar cada vez mais perto da população e construir canais que alcancem as Unidades Básicas de Saúde. Por essa razão, na 17ª Conferência Nacional de Saúde, foi assinada uma Resolução pela Ministra, a 714/2023, que está disponível em nossos sites, apontando uma campanha pelos conselhos locais de saúde. Acreditamos que a questão da informação é importante e necessária, mas precisa ser organizada a partir das bases. Assim, também lançamos uma websérie, via Conselho Nacional de Saúde, para divulgar o que são esses conselhos locais, quais as suas funções e como estabelecer um bom diálogo com a população. A partir das bases, isso contribui para uma melhoria no sistema de saúde.

- A senhora pode falar sobre a 5ª Conferência Nacional da Trabalhadora e do Trabalhador. Qual a importância para a política nacional de saúde desses profissionais?

- Talvez valesse a pena fazer um gancho. Tivemos, em dezem-

bro do ano passado, a 4ª Conferência Nacional de Gestão, Trabalho, Educação e Saúde, onde a pauta da saúde dos trabalhadores e trabalhadoras do SUS também foi abordada, assim como a situação daqueles que são terceirizados. Isso se deve à realidade que vivemos no Brasil e ao enfrentamento das situações de violência e assédio relacionadas à saúde dos trabalhadores do Sistema Único de Saúde. Essa conferência estava ligada a uma secretaria do Ministério, a Sergeti, Secretaria de Gestão e Educação, Trabalho e Saúde. Por outro lado, a 5ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora está vinculada à SVSA, Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente, trazendo elementos importantes para ampliar o olhar sobre a saúde de todos os trabalhadores e trabalhadoras. O tema da conferência reflete essa abordagem, incidindo diretamente nas iniciativas de divulgação do Sistema Único de Saúde, numa perspectiva de internacionalização, a partir da resolução aprovada que o Brasil apresentou na OMS sobre participação social na saúde. Daí advém o nome da conferência: “O Direito Humano à Saúde”. Então, estamos focando em encaminhar questões relacionadas aos trabalhadores

e trabalhadoras, garantindo esse direito, mas também pautando os empregadores públicos e privados e toda a sociedade brasileira, para que possamos assegurar os princípios do cuidado à saúde do trabalhador e da trabalhadora. Isso está alinhado com a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora e com toda uma rede específica sobre o tema, que é a RENAST, Rede Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, e suas unidades, conhecidas como SERESTS, que são os Centros de Referência à Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. São avanços importantes, e essa conferência possui três eixos específicos que foram estabelecidos para uma construção significativa. Nosso objetivo é avançar nas pautas temáticas que foram destacadas na 17ª Conferência Nacional de Saúde, priorizando-as agora nas conferências temáticas.

- A gente está falando de quantas pessoas envolvidas...

- As conferências temáticas são divididas de acordo com o contingente populacional de cada região do país, e, dessa forma, são eleitos os números de delegados. Há também eleições diretas por meio de conferências livres, mas a temática normalmente reúne um

número menor de participantes devido à sua especificidade. A sociedade brasileira está convidada a participar, mas existem números específicos de representação, priorizando principalmente os trabalhadores ligados à Rede Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. Em um comparativo, podemos dizer que a 17ª Conferência Nacional de Saúde reuniu quase 6 mil pessoas, incluindo delegados eleitos, convidados, palestrantes, participantes das conferências livres, que foram elevadas à condição de delegados, e também aqueles e aquelas que organizaram as chamadas atividades autogestionadas. Por ser uma conferência temática, o número de participantes está limitado a cerca de 3.600, podendo chegar ao máximo de 4 mil participantes.

- Gostaria que a senhora falasse um pouquinho mais dessa participação social em saúde dentro da na OMS.

- A Organização Mundial da Saúde realiza sua Assembleia Anual, que já tem data fixa no final de maio e no início de junho de cada ano. A partir de uma aproximação na 76ª Conferência Mundial de Saúde, na qual Fernando Pigatto, que era nosso presidente, foi convidado a participar da delegação oficial da ministra, iniciou-se um diálogo entre países. No final, 27 países se vincularam e um grupo de trabalho foi construído para avançar na elaboração de um texto que foi aprovado na 77ª Assembleia Mundial da Saúde, realizada em 2024. Esse texto destaca o exemplo brasileiro do SUS, enfatizando a organização da defesa da saúde pública, da saúde de qualidade e a presença da população à frente desse processo. Assim, há representantes gestores, prestadores de serviços e a presença dos trabalhadores, mas os usuários têm um foco importante de destaque. Após isso, as reuni-

ões continuaram em conjunto com a ISA, o departamento que cuida da perspectiva internacional junto ao Ministério da Saúde, na interlocução com o Conselho Nacional. Em novembro passado, houve a primeira reunião de desdobramento da implementação da resolução, que foi um encontro em que ocorreu uma conferência que não segue exatamente os moldes do Brasil, mas é um momento de ápice da saúde da Tailândia. Nesta reunião, estivemos repre-

“É fundamental não tratar apenas de uma especificidade ou de uma carreira, mas destacar a importância de um olhar para a saúde única”

sentados pelo Pigatto, juntamente com alguns representantes da assessoria, e a partir desse evento foi criado um grupo focal para definir os próximos passos. Essas resoluções, na perspectiva do direito internacional e da Organização Mundial da Saúde, tornam-se marcos declaratórios significativos; contudo, elas, por si só, não resultam em ações se não forem organizadas pelos países envolvidos, que precisam trazer a resolu-

ção para ganhar vida na prática.

O próximo desdobramento é que alguns representantes desses países possam estar presentes conosco na 5ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, que acontecerá em agosto. Além disso, esse grupo de trabalho dará continuidade a uma delegação menor, mas que também contará com a presença de uma delegação brasileira junto aos representantes do Ministério, incluindo a ministra Nísia Trindade e a chefia da delegação, na 78ª Conferência Mundial de Saúde. Esses passos visam reforçar a perspectiva do internacionalismo, dando visibilidade ao nosso Sistema Único de Saúde e levando a muitas regiões do mundo a condição que consideramos tão importante e agora reconhecida internacionalmente, referente à nossa forma de organizar e defender a vida, a democracia e o sistema de saúde brasileiro.

- Na contramão desse processo, a gente tem os casos dos Estados Unidos e Argentina se retirando da OMS. Quais os efeitos que se esperam dessas decisões?

- Isso apenas demonstra a relação do fascismo presente nas ações desses governos estabelecidos, que, infelizmente, foram eleitos pelo voto e criam uma situação de considerável dificuldade para o cuidado diante das grandes crises mundiais relacionadas à saúde e questões sanitárias. Um ponto crucial é a retirada dos Estados Unidos, sob a administração de Trump, do financiamento da OMS. Com isso, novos diálogos estão se estabelecendo na perspectiva do internacionalismo e há apontamentos sobre a possibilidade de os BRICS pensarem em formas de financiamento. No entanto, existe toda uma conjuntura geopolítica internacional que se configura de maneira diferente e que pode apresentar dificuldades

para o prosseguimento dessas iniciativas. Durante a configuração da OMS com o financiamento dos Estados Unidos, tínhamos uma abordagem de saúde que priorizava o Ocidente. Se essa vinculação com os BRICS evoluir, será necessário refletir sobre uma nova configuração da saúde, que leve em conta a relação do financiamento dos BRICS e uma lógica muito mais presente do Oriente. Ainda estamos em uma fase de suposições e elaboração de cenários, mas não há uma resposta clara. Contudo, isso realmente cria uma dificuldade concreta para o bom andamento das ações voltadas ao cuidado com a saúde mundial.

- Qual a sua opinião, tanto como psicóloga quanto presidente do Conselho, sobre esses eventos que tem acontecido com a professora Lígia Bahia e a relação do Conselho Federal de Medicina, que tem tomado posições e feito recomendações na contramão da ciência?

- Existem alguns elementos importantes a serem considerados. Há um movimento dentro da medicina que se mostra hegemônico em algumas entidades, como o Conselho Federal de Medicina. Por outro lado, temos também médicos e médicas pela democracia, assim como a Associação Brasileira de Ensino Médico, que possuem posições diferentes das do Conselho Federal. Isso é importante destacar, pois pode parecer que há uma animosidade do Conselho Nacional de Saúde em relação a entidades médicas ou à postura dos médicos. É importante dizer que o Conselho Federal de Medicina não compõe o Conselho Nacional de Saúde há algum tempo. Isso se deve ao fato de que temos um fórum específico dos trabalhadores e trabalhadoras da saúde, chamado FENTAS, que é o Fórum de Entidades Nacionais e Trabalhadores da Área da Saúde.

Esse fórum aborda questões sob uma perspectiva de saúde coletiva, sem hierarquizar as categorias profissionais. Há pelo menos quatro ou cinco mandatos, a medicina se retirou do fórum porque não aceitava a relação mais fraterna que se constrói dentro dele. No FENTAS, realizamos um rodízio entre as entidades que ocupam as cadeiras do Conselho Nacional de Saúde, tanto na titularidade quanto na primeira e segunda suplência. Nesse contexto, o Conselho Federal de Medicina desejava uma cadeira cativa de titularidade para a medicina, o que levou à sua retirada do Conselho. E faço questão de me alongar mais nesta resposta para enfatizar que, para nós, é fundamental a presença de todas as categorias profissionais no Conselho Nacional de Saúde. Na última eleição, a ABEM, Associação Brasileira de Ensino Médico, foi eleita para uma representação, e os médicos e médicas pela democracia acompanham as ações do fórum e do Conselho. No entanto, por serem uma categorização de especialidades, não podem se eleger para o Conselho. É importante destacar que, durante todo o governo fascista passado, houve um desmonte das perspectivas de valorização da saúde pública. O Conselho Nacional de Saúde ficou à frente de um movimento de resistência, defendendo as vacinas, as ações contra as fake news e a questão do uso da cloroquina, entre outros. A médica Lígia Bahia, uma profissional renomada, ocupou, no mandato anterior, uma posição representando a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência no Conselho Nacional de Saúde. Ela é uma mulher da ciência, que realiza ações significativas em sua universidade, onde mestrado e doutorado buscam defender os princípios da saúde pública. Lígia tem promovido importantes debates sobre os desafios das privatiza-

ções, terceirizações e as tensões que permeiam a saúde suplementar. É um absurdo a perseguição a essa médica amplamente reconhecida pelas categorias profissionais de saúde, valorizada pelo seu trabalho e proximidade com o Conselho Nacional de Saúde e pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Ela está enfrentando processos que a acusam de difamação, calúnia e pedidos de indenização, em decorrência das declarações que ela fez, as quais, da maneira peculiar que lhe é própria, geraram essas reações. Essa situação é alarmante e reflete a repressão que profissionais da saúde têm enfrentado em um contexto tão desafiador. Mas outras entidades, e até o Conselho Nacional de Saúde, estão alinhadas com as afirmações dela, tanto é que como já mencionei aqui, houve ação junto com o Conselho Nacional de Direitos Humanos, na Procuradoria Geral da União, contra fake news, contra esses abusos que foram feitos pelo governo Bolsonaro, mas com o apoio de algumas das entidades médicas. É lamentável que isso aconteça, o Conselho Nacional não fez nenhuma menção específica à defesa dela enquanto moção, mas as entidades que compõem o Conselho, de diversas ordens, têm feito essas manifestações em apoio. O FEMPB, Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira, com mais de 28 entidades, fez um documento em apoio à Lígia contra esse absurdo que ela está enfrentando, de apoio e solidariedade nesse momento de distorção do que foi dito por ela, distorção de valores e a lamentável condição dessa profissão, que é tão importante e deve ser valorizada como profissão de saúde. Uma postura que vai na contramão de tudo que o Conselho Nacional defende, que o Ministério da Saúde defende merece toda a nossa solidariedade e apoio. ■



Quaest aponta desafios e perspectivas para o Governo Lula em 2026

Matheus Tancredo Toledo
(NOPPE-FPA)

A recente pesquisa da Quaest, divulgada entre o final de janeiro e o início de fevereiro de 2025, aponta uma tendência

de desgaste na aprovação do governo federal, com uma queda de 5 pontos percentuais (de 52% para 47%) desde dezembro de 2024 – enquanto a reprovação subiu para 49%. Apesar disso, o presidente Lula mantém a liderança nas projeções para 2026, com intenção de voto entre 28% e 33% nos cenários testados, sinalizando que sua

base eleitoral ainda é relevante, embora demande estratégias para reconquistar apoios.

Os dados revelam que a queda na aprovação ocorreu até em grupos tradicionalmente alinhados ao governo, como residentes do Nordeste (-13 p.p. desde agosto de 2023), mulheres, população com renda de até 2 salários mínimos (-12 p.p.) e católicos. Em outros segmentos, como região Sul (-7 p.p.), faixa etária de 35 a 59 anos (-6 p.p.) e idosos (-5 p.p.), o movimento negativo também se destacou. Já entre os eleitores de Bolsonaro em 2022, a reprovação aumentou (+8 p.p.), enquanto os eleitores de Lula mantiveram estabilidade.

O principal fator de desgaste é a percepção de alta no custo de vida: 50% avaliam que o país está no caminho errado, e 83% notam aumento nos preços dos alimentos, 65% nas contas de luz e 57% nos combustíveis. Apesar disso, a avaliação sobre a economia não piorou drasticamente (39% veem piora; 32%, estagnação).

Embora a reprovação tenha superado a aprovação em janeiro, Lula segue como principal nome na corrida de 2026. O momento exige atenção a questões urgentes: inflação, custo de vida e sensação de insegurança. A retomada do apoio popular depende de respostas efetivas a essas demandas, além do fortalecimento dos laços com bases históricas, como o Nordeste e as classes de menor renda, onde a aprovação, mesmo em queda, ainda supera a média nacional.

Em síntese, o governo enfrenta ventos desfavoráveis, mas possui instrumentos para reverter o cenário. A janela de tempo até 2026 permite corrigir rumos, desde que haja foco em medidas que impactem diretamente o cotidiano dos brasileiros. A pesquisa não é um alerta vermelho, mas um convite à ação. ■



O CFM e sua (má) influência à saúde pública brasileira

Ao perseguir professora Lígia Bahia, órgão adota postura revanchista e abusa do acesso ao poder judiciário

Fernanda Otero

O Conselho Federal de Medicina lutou durante a década de 1980 ao lado da população pela democracia e pela implementação do Sistema Único de Saúde (SUS). Nas últimas décadas entretanto, foi aos poucos sendo invadido por autênticos representantes da anti ciência e recomendou ações que violam direitos constitucionais e não tem

base científica.

Dois episódios recentes ilustram o obscurantismo que paira sobre as decisões do colegiado. A primeira delas aconteceu durante a pandemia da Covid 19 através do Processo-Consulta CFM N° 8/2020 – Parecer CFM N° 4/2020.

Embora o relatório admitisse que não existissem “estudos clínicos de boa qualidade que comprovassem a eficácia” do uso do medicamento cloroquina e hidroxiclороquina em pacientes com Covid 19, um dos pontos da conclusão afirmou que a “administra-

ção de um medicamento que não tem efeito comprovado” poderia ser utilizado a critério do médico desde que fosse relatado “ao doente que não existe até o momento nenhum trabalho que comprove o benefício do uso da droga para o tratamento da Covid 19, explicando os efeitos colaterais possíveis, obtendo o consentimento livre e esclarecido do paciente ou dos familiares”.

O médico Francisco Eduardo Cardoso, atual vice-corregedor do órgão, durante um julgamento da Justiça Federal do Piauí disse que



os médicos que não prescrevessem cloroquina contra a Covid 19 “lavariam as mãos com o sangue das vítimas”. Ele foi chamado a depor na CPI da Covid, em 2021. Seu depoimento foi marcado pelo abandono de senadores do plenário. O então relator da CPI, senador Renan Calheiros (MDB-AL), se recusou a fazer perguntas e se retirou da sessão. O Senador Humberto Costa (PE) e Randolfe Rodrigues (AP), ambos do PT, também se retiraram.

Outra decisão assombrosa do órgão foi a Resolução nº 2.378/2024 referente aos procedimentos de interrupção da gravidez nos casos de aborto previsto em lei, ou seja, feto oriundo de estupro, proibindo aos profissionais de medicina “a realização do procedimento de assistolia fetal quando houver probabilidade de sobrevivência do feto em idade gestacional acima de 22 semanas”, alegando ainda que o ato “ocasiona o feticídio”.

Uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) apontou que houve “abuso do poder regulamentar” por parte do Conselho Federal de Medicina, ao aprovar a Resolução. Segundo o STF, o Conselho Federal de Medicina ultrapassou suas competências ao “criar uma norma que não está contemplada na legislação, visando proibir a prática em casos de gestações resultantes de estupro”.

Extrema-direita amplia participação

A chapa vencedora das eleições de 2024 do CFM foi a Força Médica, que se apresentava como “uma chapa de direita conservadora” e pela “defesa da vida e contra a cultura da morte”.

Entre os 54 conselheiros titulares e suplentes eleitos, apenas 12 são mulheres, três a menos do que a composição anterior. Em 15 estados não há mulheres na composição das chapas eleitas.

No Distrito Federal, foi eleita a conselheira Rosylane Nascimento das Mercês Rocha, que era segunda vice-presidente na gestão anterior. Em janeiro de 2023, ela comemorou nas suas redes sociais os ataques aos prédios do governo brasileiro, do Congresso Nacional e STF e compartilhou imagens da invasão do Congresso Nacional com a legenda “Agora vai”, chamou os golpistas de “pessoas de bem” e celebrou a inação da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) que não agiu para impedir a invasão dos prédios públicos. Em outra publicação, a médica compartilhou a imagem da escultura “A Justiça” pichada com a frase “perdeu, mané”.

O professor titular sênior de Saúde Pública na USP, Paulo Cappel Narvai, autor, entre outros livros, de “SUS: uma reforma revolucionária” (Editora Autêntica)

tem uma teoria sobre as origens do processo corrosivo que se abateu sobre o CFM. Em artigo publicado no site A Terra é Redonda, o professor explica que as bases estariam “na extração de classe em segmentos sociais herdeiros, simbolicamente, de posses e poderes de donos de capitâneas hereditárias e sesmarias. São, simbolicamente (mas, em alguns casos, também literalmente), filhos, netos, bisnetos e tataranetos do ‘senhor de engenho colonial’, do ‘latifundiário improdutivo’ e do ‘fazendeiro escravocrata’ acostumados a lidar com jagunços, capitães do mato e capangas”.

Perseguição à professora Lúcia Bahia

A médica sanitária, professora associada do Instituto de Estudos em Saúde Coletiva da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IESC/UFRJ), Lúcia Bahia, é referência indispensável no debate sobre as políticas de saúde no Brasil. Ela está sendo processada pelo CFM por calúnia e difamação devido a uma entrevista concedida ao programa Em Detalhes, do canal do YouTube do Instituto do Conhecimento Liberta.

Na entrevista, ela criticou o comportamento do CFM durante a pandemia e condenou a decisão quanto aos procedimentos definidos em lei sobre o aborto em casos de estupro.

O professor Narvai saiu em defesa da colega argumentando que o processo viola o código deontológico do CFM e age contra o “Código de Ética Médica”, aprovado em 2018.

Também manifestaram-se em defesa da professora a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e a Academia Brasileira de Ciências (ABC), a Fiocruz, o Instituto de Estudos para Políticas de Saúde, a Escola de Enfermagem da USP e o Observatório de Análise Política em Saúde. ■

O preço dos alimentos e a amnésia bolsonarista

Lindbergh Farias

É risível o movimento da extrema direita em favor de comida mais barata, tentando enganar a população com mentiras que remetem aos desastrosos quatro anos do governo do ex-capitão. Nunca existiu comida barata durante o governo Bolsonaro, quando muitos brasileiros chegaram a frequentar a “fila do osso” para obter alimento. Alguns açougues até promoveram doações de pele de frango, diante da miséria que se espalhou no Brasil de 2019 a 2022.

A inflação dos alimentos no governo militarista passado foi de 56,1%! Nos dois primeiros anos, 27%, e nos dois últimos anos, 22%. Nesses dois anos do governo Lula foi de 8,22%. Com Lula, em 2023, a inflação na área de alimentos foi negativa: -0,52%. É uma diferença brutal, mas a memória seletiva do bolsonarismo ignora essa realidade. Só no último ano de Bolsonaro, em 2022, e já não tinha nada a ver com pandemia, o aumento foi de 13,2%.

No governo anterior, a crise foi tão grave que fotos de brasileiros na fila do osso correram o mundo. O país com uma das maiores produções agrícolas e de carne do mundo passou pelo vexame de ver na mídia nacional e estrangeira fotos de milhares de brasileiros passando pela humilhação de enfrentar uma fila em busca de um pedaço de osso.

O governo Bolsonaro foi totalmente insensível à fome no País. O ministro Paulo Guedes (Economia) defendeu que as sobras de restaurantes fossem destinadas a mendigos e pessoas fragilizadas e desamparadas. A fala chocou

peças com um mínimo de sensibilidade social.

Com Bolsonaro, o Brasil voltou ao Mapa da Fome. Com Lula, em dois anos, o cenário já foi modificado radicalmente: 24 milhões de pessoas ficaram livres do flagelo da fome. A pobreza caiu ao menor nível no país desde 2012. Em apenas um ano de governo, 8,7 milhões de pessoas saíram da pobreza no Brasil e mais 3,1 milhões saíram da extrema pobreza. Os pobres agora estão no orçamento.

Durante o governo Bolsonaro, houve cortes nos investimentos em políticas públicas de segurança alimentar, como a suspensão de programas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que fornecia refeições para estudantes da rede pública, e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que incentivava a compra de alimentos de pequenos produtores para a doação a famílias em situação de vulnerabilidade. Esses dois programas voltaram com Lula.

Diferentes pesquisas apontaram que mais de 33 milhões de brasileiros estavam em situação de fome em 2022, o maior número registrado nos últimos anos. Além disso, a insegurança alimentar atingia uma parcela significativa da população, com muitas pessoas dependendo de doações para garantir a alimentação.

Obviamente, a inflação dos alimentos traz preocupações por afetar principalmente os mais pobres. Mas, no ano passado, as suas causas foram a tragédia das cheias no Rio Grande do Sul, a seca histórica no restante do país e a alta do dólar. No caso do câmbio, atribui-se a causa principalmente à sabotagem do ex-presidente do Banco Central, o bolsonarista Roberto Campos Neto.

No caso específico da carne, tivemos também o ciclo pecuário, em que foram abatidas mais matrizes. Isso fez diminuir o abate e, conseqüentemente, a oferta de carne. Houve ainda o impulsionamento às exportações, que aumentaram 30% porque o dólar estava nas alturas.

Com a volta das chuvas alguns produtos importantes como o arroz e o feijão poderão ter reduções de preços neste ano, enquanto outros produtos serão afetados pela queda na taxa de câmbio após o ataque especulativo de dezembro de 2024. O presidente Lula lançou programa para estimular a produção de arroz, feijão e hortifrutis.

Por sinal, é bom lembrar que o governo anterior desprezou a agricultura familiar, responsável pela maior parte dos alimentos consumidos pelo povo brasileiro. No governo do ex-capitão reduziram-se substancialmente os incentivos ao pequeno produtor – de R\$ 1,3 bilhão em 2014 para R\$ 151 milhões em 2020. Mas no governo antipopular e entreguista do ex-capitão os investimentos na agricultura para exportação explodiram.

As perspectivas da safra recorde de 2025 apontam para um bom momento tanto na oferta de dólares com a exportação de produtos com mercado internacional organizado como na oferta de produtos básicos para aqueles destinados ao mercado doméstico. A Conab aponta para um aumento de 13,2% na safra de arroz em 2025, que chegará a 11,9 milhões de toneladas, a maior desde 2015. Já para o feijão o crescimento será de 4,9% com 3,4 milhões de toneladas, a maior desde 2014.

Uma das prioridades do Governo Lula é a segurança alimentar e a diminuição dos preços dos alimentos. Existem vontade política e instrumentos para enfrentar o problema. Vamos vencer essa batalha.

(*) *Deputado federal (PT) e líder do partido na Câmara dos Deputados*



Okamoto: PT faz 45 anos com legado de transformação social e novos desafios

Temos que convencer a sociedade de que quem tem mais dinheiro tem que pagar mais as contas”, reforça Okamoto

Nesta segunda-feira (10), o Partido dos Trabalhadores e das Trabalhadoras (PT) celebrou 45 anos de história com um legado de avanços sociais e econômicos. Para Paulo Okamoto, presidente da Fundação Perseu Abramo (FPA) e um dos fundadores do PT, a legenda segue comprometida com a luta pela justiça social e a democracia, mas deve fortalecer ainda mais a conexão com as demandas populares.

“O partido tem que ter a clareza de que a luta não se dá somente no Parlamento. Às vezes, a gente fica muito resumido [à ideia] de que fazer política é ser vereador, deputado, prefeito e presidente da República”, afirmou Okamoto em entrevista à GloboNews.

Desde a sua fundação, o PT construiu uma história de conquistas que transformaram a vida de milhões de brasileiros. Progra-

mas como o Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida (MCMV) e Mais Médicos são exemplos de como o partido implementou políticas públicas eficazes no combate à desigualdade no país.

Okamoto ressalta que a diretriz do PT sempre foi ouvir o povo e agir de acordo com suas necessidades. “Nós temos um ditado no partido: ‘A cabeça pensa onde os pés andam’. Se a gente só anda no Parlamento, nas assembleias e na Câmara, a gente, muitas vezes, não está vivendo a vida real do povo”, afirmou.

O desafio econômico e a inclusão social

O presidente da FPA também destacou a importância de combater o modelo econômico que concentra renda e prejudica os mais pobres. Para ele, o PT precisa continuar defendendo um modelo mais justo e solidário.

“Nós precisamos dar mais luz a esse modelo econômico nefasto,

que está concentrando cada vez mais renda. Temos que convencer a sociedade de que quem tem mais dinheiro tem que pagar mais as contas. Precisamos trabalhar duro para poder fazer isso, porque senão a saída fica [em torno de] ‘empreendedorismo’, ‘vamos jogar na bet’, ‘vamos ser influenciar’. Isso não é uma saída coletiva”, ressaltou.

Com três eleições presidenciais vencidas por Lula e outras duas por Dilma Rousseff, o PT se consolidou como um partido com forte apoio popular. Okamoto destacou a liderança de Lula e rejeitou a tese de que ele estaria isolado de críticas dentro do governo.

“Isso aí é tudo folclore. Quem conhece o presidente sabe que o Lula é um cara que você pode falar o que você quiser para ele”, disse. “O pessoal lá da Presidência fala coisas para ele, os ministros que lá estão também falam. Ele é um cara que está antenado às coisas”.

Fortalecimento e o futuro do partido

Okamoto destacou que o Processo de Eleição Direta (PED) do PT, previsto para julho deste ano, será fundamental para fortalecer ainda mais a relação do partido com as camadas populares.

“Se a gente tiver uma direção mais conectada ainda com a realidade e com as dificuldades do povo brasileiro, eu tenho certeza de que o partido, pelo jeito que ele funciona, vai dar a resposta e vai se legitimar cada vez mais perante o povo”, avaliou.

Para ele, o desafio do PT agora é mobilizar a sociedade e resgatar o entusiasmo da população com a política. “Falta animar o povo, [o PT] tem que encantar o povo de novo. Vamos ter que fazer um trabalho para o povo dizer: ‘Esse PT é porreta’”, concluiu. ■



Reprodução

O impacto da IA chinesa e o papel do Brasil no cenário tecnológico global

“Balança de poder” é um conceito complexo das Relações Internacionais que se refere à ideia de distribuição de poder entre países e à capacidade de cada um deles influenciar o sistema internacional. Isso envolve a capacidade militar, econômica, tecnológica cada país. A balança de poder pode ser avaliada através do equilíbrio de poder, que é a situação em que as potências nacionais estão em competição, mas de forma equilibrada. Quando a balança de poder é quebrada, é provável que ocorra um conflito e a depender da dimensão, guerra. A teoria do equilíbrio de poder costuma resultar em diferentes corridas armamentistas que buscam pendular e chacoalhar a balança e aumentar a probabilidade de conflitos.

Em 20 de janeiro, a startup chinesa DeepSeek lançou o modelo de IA DeepSeek-R1, que rapidamente superou o ChatGPT em downloads, atingindo o setor tecnológico e causando perdas de até US\$ 1 trilhão em ações de grandes empresas nos EUA e Europa. A Nvidia, empresa norte-americana e líder na fabricação de chips para IA, também sofreu perdas significativas. Esse avanço chinês representa uma ameaça à liderança ocidental em tecnologia e reflete uma batalha geopolítica em torno da inteligência artificial.

Os semicondutores, fundamentais para a tecnologia moderna, são majoritariamente produzidos na China e no Leste Asiático. Em resposta ao crescimento da China, os EUA impuseram restrições internacionais para limitar exportações de semicondutores avançados e tecnologias de desenvolvimento. Outros países, como Itália, Austrália e Coreia do Sul,

seguiram essa tendência. Recentemente, um projeto de lei nos EUA foi apresentado para impedir o uso do DeepSeek, citando sua ligação com o Partido Comunista Chinês, embora a mesma preocupação não tenha sido expressa em relação ao ChatGPT em outros países, o que não é justificável, afinal, nenhuma empresa de tecnologia é politicamente neutra.

A China, sob a liderança de Xi Jinping, tem buscado autossuficiência no setor de semicondutores, com a estatal SMIC avançando no mercado e um investimento significativo em pesquisa e desenvolvimento. Apesar da posição dominante da Nvidia, muitos concorrentes estão explorando oportunidades para oferecer soluções mais eficientes e de custo mais baixo. Foi esta a grande disrupção que a IA chinesa, DeepSeek, parece ter provocado, desafiou a ideia de que apenas chips avançados e caros podem sustentar uma IA de ponta, oferecendo uma plataforma gratuita e de código aberto que permite a desenvolvedores do mundo a criarem versões ainda mais avançadas a partir do modelo inicial. Em outras palavras, o modelo chinês colocou em xeque a hegemonia das bigtechs norte-americanas e dos bilionários da tecnologia. Agora os EUA se movem para “reequilibrar” a balança, buscando um alinhamento ocidental contra as ameaças da Ásia.

O Brasil na Balança

No Brasil, o papel do país na indústria de semicondutores foi discutido em audiência pública no Senado, destacando acordos com nações asiáticas e a necessidade de retomar a produção nacional. É preciso lembrar que em 2021, em plena pandemia, Jair Bolsonaro privatizou o Centro de Excelência em Tecnologia Eletrônica Avançada (Ceitec), estatal criada por Lula em 2008 e que era a úni-

ca produtora de chips e semicondutores na América Latina. Foi o decreto feito no primeiro ano de Lula III, em 2023, que reverteu a decisão, reconhecendo a importância de ter uma indústria forte no setor.

As perspectivas para o mercado de semicondutores são promissoras, com vendas projetadas para alcançar US\$ 245 bilhões em 2025, conforme a UBS Global Wealth Management. Em setembro de 2024, o presidente Lula sancionou a Lei Brasil Semicon, que prevê incentivos de R\$ 7 bilhões por ano para impulsionar a indústria de semicondutores, promovendo a inserção do Brasil nas cadeias globais de tecnologia.

Uma IA brasileira

A IA Generativa (IAGen), funciona como um bate-papo (chat) e tem encontrado uma receptividade significativa no Brasil. Uma pesquisa da Ipsos e Google revelou que o país é o quarto no mundo em acessos ao ChatGPT, com 54% da população utilizando IA generativa em 2024, acima da média global de 48%. O otimismo em relação à IA é alto, com 65% dos brasileiros acreditando em seus benefícios.

O Brasil possui potencial para se tornar um protagonista em IAGen, conforme apontado por especialistas. Quatro frentes prioritárias foram identificadas para seu avanço: 1) letramento digital (compreensão e análise crítica sobre a tecnologia); 2) regulamentação do setor; 3) viabilização econômica e planos de negócios; 4) prontidão social para lidar com as implicações sociais, éticas e legais da tecnologia.

Há muitas perguntas que ainda tem de ser respondidas, mas, o desenvolvimento tecnológico não aguarda as respostas, ele as fornece. Em 2026, é provável que muitos brasileiros busquem a ajuda de assistentes de IA para questões cotidianas, como: “Em quem eu devo votar para presidente?”



Senador Bernie Sanders: a voz da resistência a Donald Trump

O Senador Bernie Sanders usou a tribuna para fazer um apelo vigoroso à resistência contra as políticas e ações da administração Trump, que ele caracteriza como

uma ameaça à democracia e aos valores fundamentais dos Estados Unidos. Sanders argumenta que o governo de Trump está promovendo uma sociedade autoritária e as medidas para beneficiar um pequeno grupo de bilionários, transformando o país em uma cleptocracia, onde o poder é usado para enriquecer os que estão no topo, em vez de servir aos cidadãos comuns. Sanders lembrou dos ideais de governo “do povo,

pelo povo e para o povo”, destacando que a concentração de riqueza e poder nas mãos de poucos, como Elon Musk, Jeff Bezos e Mark Zuckerberg, representa uma distorção perigosa dos princípios democráticos.

Sanders criticou o perdão concedido por Trump a indivíduos envolvidos na insurreição de 6 de janeiro, um precedente perigoso que recompensa a violência e mina o estado de direito. Sanders conclui com um chamado à união e à ação, defendendo uma economia que sirva a todos os cidadãos, com acesso universal à saúde, salários dignos e proteção dos direitos dos trabalhadores. Ele enfatiza a necessidade de resistir à retórica divisiva e às políticas que aprofundam a desigualdade, reafirmando o compromisso com a justiça, a igualdade e os valores democráticos dos Estados Unidos.

Confira o vídeo [aqui](#).

Cúpula de Ação em Inteligência Artificial acontece em Paris

O vice-presidente dos EUA, JD Vance, disse durante a Cúpula de Ação em Inteligência Artificial que a “regulamentação excessiva” poderia prejudicar a indústria de inteligência artificial. O discurso ressaltou as divergências entre as três correntes sobre a IA.

Os Estados Unidos, sob a presidência de Donald Trump, defendem uma abordagem de não intervenção para estimular a inovação, enquanto a Europa está adotando medidas reguladoras mais rigorosas para garantir segurança e responsabilidade. Enquanto isso, a China adotou uma política de investimentos estatais e tornou-se altamente competi-

va rumo à dominância global de serviços de IA.

Os EUA não participam de uma declaração conjunta assinada por mais de 60 países, comprometendo-se em “promover a acessibilidade da IA para reduzir as divisões digitais” e “garantir que a IA seja aberta, inclusiva, transparente, ética, segura e confiável”.

Na cúpula, Vance fez seu primeiro discurso político desde que se tornou vice-presidente. Ele definiu a IA como um ponto de virada econômico, mas alertou que “neste momento, enfrentamos a extraordinária perspectiva de uma nova revolução industrial comparável à invenção da máqui-

na a vapor.”

A presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, enfatizou que “a IA precisa da confiança das pessoas e deve ser segura” e detalhou diretrizes da UE destinadas a padronizar o Ato de IA do bloco.

O presidente francês Emmanuel Macron disse que a Europa seria uma “terceira via” na corrida da IA, evitando a dependência de grandes potências como os EUA e a China.

“Queremos um acesso justo e aberto a essas inovações para todo o planeta,” disse ele em seu discurso de encerramento, argumentando que o setor de IA “precisa de regras” em uma escala global para construir a confiança pública e incentivando uma maior “governança internacional.”



Wikileaks expõe gastos da Agência dos EUA para o Desenvolvimento Internacional

A USAid canalizou quase meio bilhão de dólares para a Internews Network, uma organização sem fins lucrativos envolvida em operações de mídia em todo o mundo, revelou o WikiLeaks.

Somente em 2023, a Internews colaborou com 4.291 meios de comunicação, produziu 4.799 horas de transmissões alcançando 778

milhões de pessoas e treinou mais de 9.000 jornalistas. Operando em mais de 30 países, possui escritórios nos EUA, Londres, Paris e sedes regionais em Kiev, Bangkok e Nairobi.

Fundada em 1982, a Internews afirma ajudar organizações de mídia a alcançarem sustentabilidade financeira e promoverem “informações confiáveis” - uma missão que persegue com substancial financiamento do governo dos EUA.

A Internews é liderada por Jeanne Bourgault, que, segundo os relatórios, ganha US \$451.000 anualmente. Ela é defensora vocal de “listas de exclusão” para

publicidade global, tem defendido a censura do que considera ser “desinformação”.

Críticos argumentam que isso equivale a uma censura subjetiva, pois suas definições de conteúdo “bom” ou “ruim” permanecem polêmicas. Usuários de redes sociais rotularam o apoio do governo dos EUA à organização como uma “rede de propaganda estatal literal.”

A USAID sozinha despejou US\$ 472,6 milhões na Internews, embora a organização também tenha recebido financiamento da AOL-Time Warner Foundation, da Fundação Bill & Melinda Gates e de outros doadores privados.

As concessões incluem US\$ 10,7 milhões da USAID para apoiar “jornalismo responsável de alta qualidade” na Libéria e US\$ 11 milhões para “mídia que possibilita a democracia” na Moldávia, de acordo com o site data-republican.com.

O Departamento de Estado dos EUA contribuiu com US\$ 1,48 milhão para estabelecer “serviços de informação seguros, acessíveis e que salvam vidas” no Sudão do Sul.

Outro subsídio de \$19,5 milhões da USAID foi concedido à Internews para “posicionar a sociedade jordaniana para defender efetivamente os interesses impulsionados pelos cidadãos”.

(Agência Anadolu e Sputniknews)

China sofre mais de 1300 ataques cibernéticos em 2024

Um relatório anual da empresa de cibersegurança 360 Security Group chinesa revelou na terça-feira, 11, que mais de 1.300 ataques classificados como ameaças persistentes avançadas (APT) visam 14 setores-chave na China em 2024. Dentre eles, as agências governamentais, educação, pesquisa científica, defesa nacional e

indústria militar e transporte são os cinco setores mais afetados.

As organizações APT por trás desses ataques são originárias do Sul da Ásia, Sudeste Asiático, Leste Asiático e América do Norte, conforme mostrou o relatório ao qual o site teve acesso.

As organizações APT que miram entidades diplomáticas têm

como objetivo coletar informações sobre as mais recentes estratégias e posturas diplomáticas da China em questões internacionais-chave, permitindo que seus patrocinadores ganhem uma vantagem competitiva, informou a empresa de cibersegurança ao Global Times.



09/02/1967

Lei criminaliza a liberdade de expressão

Foi promulgada a nova Lei de Imprensa, que estabelecia a censura prévia de espetáculos, cinema, rádio e televisão, além de agravar as penas de jornalistas condenados por suposta ofensa às autoridades.

O documento passou a considerar criminosa qualquer publicação que fizesse “propaganda de processos para subversão da ordem política e social”, com pena prevista de 1 a 4 anos de prisão. Proibiu, ainda, a circulação de livros, jornais e de outras publicações que “atentem contra a moral e os bons costumes”. As restrições se estendiam a títulos estrangeiros.

A partir da entrada em vigor da nova lei, os filmes nos cinemas e os programas a serem exibidos na televisão deveriam apresentar na tela, antes do início, uma autorização rubricada pelos censores de plantão. Entre outras medidas, no caso de decretação de estado de sítio, o governo poderia enviar agentes às redações de jornais e revistas e às emissoras de rádio e televisão para fazer a censura prévia do noticiário.



10/02/1980

Das fábricas e das ruas, PT chega para mudar

O Manifesto do Partido dos Trabalhadores é aprovado na reunião de fundação da legenda no auditório do Colégio Sion, em São Paulo. O documento afirma que o PT “surge da necessidade sentida por milhões de trabalhadores brasileiros de intervir na vida social e política do país para transformá-la”. Propõe mobilizar os trabalhadores da cidade e do campo não apenas nos períodos eleitorais e organizá-los para “construir uma sociedade igualitária, onde não haja explorados nem exploradores”.

Liderado por dirigentes sindicais combativos, o PT atraiu ativistas das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), ex-militantes de organizações revolucionárias, um respeitável núcleo de intelectuais de esquerda e militantes de movimentos sociais. Foi a primeira legenda organizada após a reforma partidária que extinguiu o MDB e a Arena. A criação do PT surpreendeu a ditadura, que não contava com um partido de esquerda nascido de bases populares. Também surpreendeu setores da oposição que defendiam a formação de um partido social-democrata ou a permanência da esquerda no PMDB.

Como principal liderança do PT, destacava-se o presidente do

Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, Luiz Inácio da Silva, o Lula, que desde 1978 desafiava a ditadura à frente de grandes greves. A ficha de filiação número um foi assinada por Apolônio de Carvalho, ex-dirigente comunista que lutou contra o fascismo na Guerra Civil Espanhola e na Resistência Francesa. Na sequência, assinaram o crítico de arte Mário Pedrosa, o crítico literário Antonio Candido e o historiador Sérgio Buarque de Hollanda, historicamente ligados à luta pelo socialismo no país.

A criação de um Partido dos Trabalhadores vinha sendo discutida desde outubro de 1978, quando Lula lançou a tese no 3º Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos, em Guarujá (SP). Na época, ele argumentava que os trabalhadores precisavam eleger seus próprios representantes no Congresso Nacional. Em 13 de outubro de 1979, foi eleita a Comissão Nacional provisória do Movimento Pró-PT, coordenada por Jacó Bittar, presidente do Sindicato dos Petroleiros de Campinas (SP). Dirigentes sindicais como Olívio Dutra, Manuel da Conceição e Luiz Dulci eram maioria na comissão.

11/02/2010

País já tem 64% mais universitários

O número de estudantes matriculados no ensino superior no Brasil aumentou 64% desde 2003, passando de 3,9 milhões para 6,4 milhões. O foco governamental na inclusão educacional se baseia em dois eixos principais: expansão das universidades públicas e políticas de financiamento para estudantes de baixa renda em instituições privadas de ensino.

Com foco em inclusão, expansão e qualidade, programas do governo federal envolveram o incentivo à permanência dos estu-

dantes de baixa renda nas universidades federais, como a criação do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Sinaes), em 2004, e a do Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), de 2008.

Até o fim de 2010, o orçamento das universidades federais triplicaria em relação a 2003, passando de R\$ 6,4 bilhões para R\$ 20,7 bilhões. A quantidade de vagas em universidades públicas crescerá 57,6%, chegando a 939 mil matrículas.

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), lançado em 2007, criaria 14 novas universidades federais e 126 novos campi, com foco na política de interiorização do ensino superior e na ampliação do número de matrículas nas regiões Norte e Nordeste.

No âmbito do acesso ao ensino privado, o ProUni concederia 1,13 milhão de bolsas (totais ou parciais) entre 2005 e 2010. O Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), programa governamental de financiamento de mensalidades a juros baixos, criado em 1999, contemplaria mais 430 mil contratos entre 2003 e 2010.



12/02/2005

Irmã Dorothy Stang é morta a tiros no PA

Numa estrada de terra de difícil acesso a 53 quilômetros de Anapu (PA), a missionária católica Dorothy Mae Stang é assassinada com sete tiros, por defender os sem-terra. Os latifundiários Vitalmiro Bastos de Moura e Regivaldo Pereira Galvão são apontados como os principais mandantes do crime.

Norte-americana naturalizada brasileira, irmã Dorothy chegou ao Brasil em 1966 e desde a década

de 1970 atuava na região amazônica, mantendo intensa agenda de diálogo com lideranças camponesas, políticas e religiosas, na busca de soluções para os conflitos relacionados à posse e à exploração da terra.

Em Anapu, a religiosa foi a responsável pela implantação do Projeto de Desenvolvimento Sustentável Esperança, modelo de assentamento e gestão que produzia uma fonte segura de renda com a

colheita de madeira, sem destruir a floresta. A área era disputada por madeireiros e latifundiários, que encomendaram a morte da ativista.

Irmã Dorothy vinha recebendo ameaças de morte havia mais de um ano, mas não se deixava intimidar: “Não vou fugir nem abandonar a luta desses agricultores que estão desprotegidos no meio da floresta. Eles têm o sagrado direito a uma vida melhor numa terra onde possam viver e produzir com dignidade, sem devastar”, declarou.

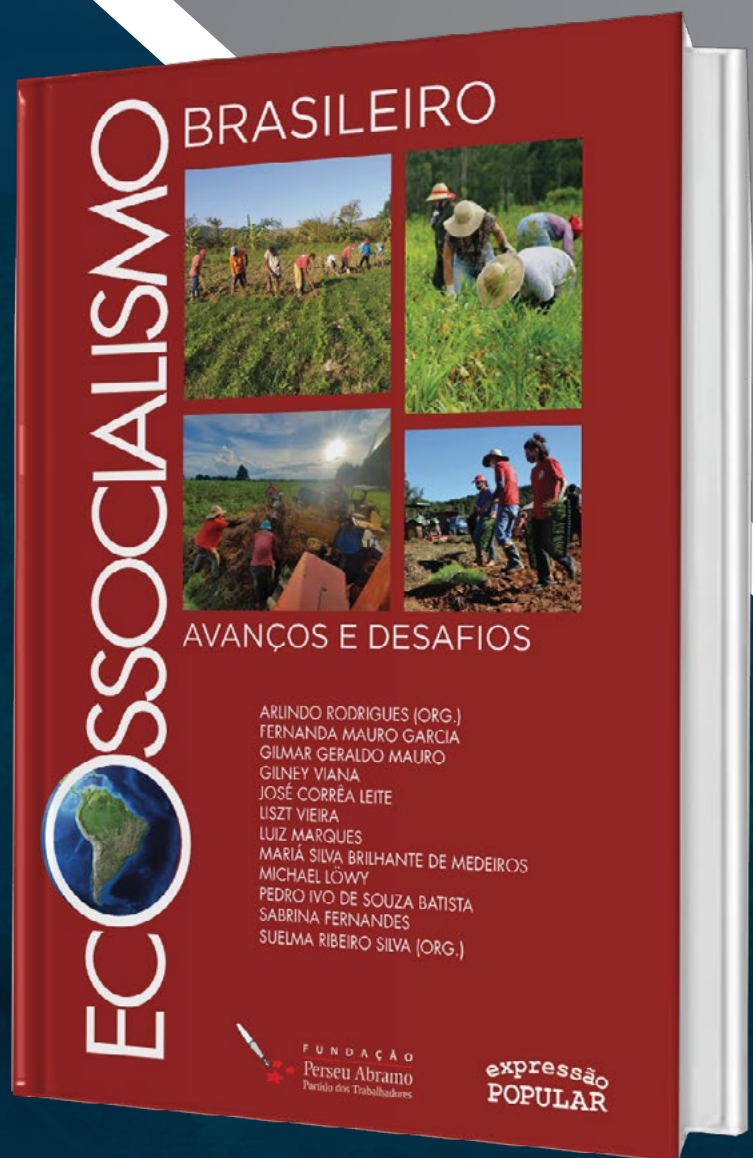
Conforme levantamento da Comissão Pastoral da Terra, entre 2005 e 2014, 325 pessoas seriam assassinadas no Brasil em razão de conflitos de terra — 219 na Amazônia.

Esta seção é fruto da parceria entre o Centro Sérgio Buarque de Holanda, da FPA, o Memorial da Democracia e o Instituto Lula. Envie suas sugestões por e-mail para memoria@fpabramo.org.br

memorialdademocracia.com.br

SAIBA MAIS SOBRE A **LUTA AMBIENTAL** INTERNACIONAL E BRASILEIRA

A segunda edição do livro **Ecosocialismo brasileiro – avanços e desafios** é uma leitura necessária! A realidade da crise climática nos obriga a encontrar respostas para a consolidação de um modelo de desenvolvimento voltado para a melhoria da qualidade de vida, distribuição de renda, acesso a serviços essenciais e a preservação das condições da regeneração ambiental.



ACESSE A VERSÃO ELETRÔNICA:

fpabramo.org.br/publicacoes/estante/ecossocialismo-brasileiro-avancos-e-desafios

Edição impressa
disponível nas
livrarias ou na loja
virtual da coeditora,
Expressão Popular.



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

**expressão
POPULAR**